



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A NEPAD E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM
ANGOLA**

DE 2001 A 2011.

Por: Pacheco Talocha

Orientação: PhD Manuel Branco

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos
Europeus**

Dissertação

Évora, Fevereiro, 2014

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A NEPAD E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA
DE 2001 A 2011.**

Por: Pacheco Talocha

Orientação: PhD Manuel Branco

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

AGRADECIMENTOS

Aos familiares por todo apoio, principalmente aos meus pais, Manuel Bento e Marta Sango, pois, o seu incentivo foi fundamental para a conclusão do curso.

À memória do Senhor Coronel Kota Kubanga pelo apoio total e incondicional.

Aos meus colegas do curso de mestrado que de forma directa ou indirecta deram o seu apoio na investigação da presente dissertação, especialmente Bernabé José Kambambi.

A todos os professores itinerantes do mestrado, com particular realce ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Branco, por me ter acreditado e pela sua dedicação ao meu trabalho.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	III
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS	IV
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – O NEPAD.....	4
1.1 Enquadramento Histórico	4
1.1.1. Visões Anteriores à NEPAD Sobre o Desenvolvimento do Continente.....	7
1.2 O que é a NEPAD?	16
1.2.1 Propósitos Gerais	17
1.2.2 Objectivos Específicos.....	18
1.2.3 Iniciativas / Acções	20
1.2.4 Estrutura Orgânica e Administrativa	23
1.3. Adesão de Angola a NEPAD.....	25
1.3.1. Visão de Angola Face a NEPAD.....	29
CAPÍTULO 2 – MEDIDAS E INDICADORES DOS OBJECTIVOS DA NEPAD	36
2.1 Governança	36
2.2 Transparência e Corrupção	40
2.3 Pobreza.....	41
CAPÍTULO 3 – VISÃO CRÍTICA SOBRE A NEPAD	43
3.1 O Neoliberalismo e a NEPAD	43
3.2 As Elites Africanas e o Seu Posicionamento Perante a NEPAD	45
3.3 A Relação África e Ocidente: Uma Parceria Peculiar.....	47
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E ACCÇÕES DA NEPAD EM ANGOLA	49
4.1 Governação Política.....	52
4.2 Governação Económica	60
4.3 Erradicação da Pobreza.....	62
4.4. Situação Sanitária.....	66
4.5. Situação Educacional.....	70
CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA:.....	79
ANEXOS	86
Anexo 1 – Evolução da População em Angola.....	86
Anexo 2 – Taxa Reais de Crescimento (%)	86
Anexo 3 – Afectação Orçamental aos Sectores Sociais.....	86
Anexo 4 – Aproximação ao Comportamento da Pobreza em Angola nos Últimos Anos	87

Anexos 5 – Fotos que expressam contraste da realidade urbana e periurbana de
Luanda..... 88

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura orgânica da NEPAD no quadro da UA	25
Gráfico nº 1 – Estruturas das Exportações em 2004	50
Tabela nº 1 - Composição do PIB em percentagens (2001 a 2011)	51
Tabela nº 2 – Distribuição das despesas por localidades (2001-2005)	58
Tabela nº 3 – Índice do IDH, PIB per capita (em usd), e taxa de crescimento do PIB (2001-2012)	60

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ANC – African National Congress (Congresso Nacional Africano)

AP – Administração Pública

APRM – Mecanismo de Revisão e Avaliação dos Pares

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BDA – Banco de Desenvolvimento de Angola

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEIC – Centro de Investigação Científica (da Universidade Católica de Angola)

CEIC/UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola

Cfr. Conferir

CMI – Chr Michelsen Instituto

COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa (Mercado Comum da África Oriental e Austral).

DS – Desenvolvimento Sustentável

ECA – Comunidade Económica Africana

ECP – Estratégia de Combate à Pobreza

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAO – Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

GATT – Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio

GEP – Gestão das Finanças Públicas

IBEP – Inquérito Integrado do Bem-Estar da População

Ibidem – no mesmo lugar, na mesma obra

IDA – Associação Internacional para o Desenvolvimento

Idem – o mesmo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

IPH – Índice de Pobreza Humana

MAAP – Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares

MAP – Mecanismo de Apreciação de Pares

MARP/APRM (sigla em inglês) – Mecanismo Africano de Revisão de Pares

MDG – Millenium Development Goal/Metas de Desenvolvimento do Milénio

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

NOEI – Nova Ordem Económica Internacional

OACI – Organização da Aviação Civil Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE – Orçamento Geral do Estado

OIT – Organização Internacional de Trabalho

OMCI – Organização Intergovernamental Consultiva da Navegação Marítima

OMM – Organização Meteorológica Mundial

OMPI – Organização Internacional da Propriedade Intelectual

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUSIDA/UNAIDS – Programa conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA

op. cit. – opera citato (obra citada)

OUA – Organização da Unidade Africana

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

PMFP – Programa de Modernização de Finanças Públicas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP's – Parcerias Público-privadas

REC'S – Regiões Económicas

RISDP – Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SAP – Programa de Ajustamento Estrutural (sigla inglesa)

SFI – Sociedade Financeira Internacional

TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação

UA – União Africana

UE – União Europeia

UIT – União Internacional de Telecomunicações

UNAIDS/ONUSIDA – Programa conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPU – União Postal Universal

VIH-SIDA – Virus de Imuno-Deficiência Humana, Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida

RESUMO

Esta dissertação visa estudar a forma como Angola tem implementado os objectivos e acções do NEPAD. Dizer que a pobreza tem se constituído num problema central para o mundo, ou seja, preocupação crescente dos respectivos governos e da comunidade internacional. Assim, o combate á pobreza surge igualmente, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), como estratégia fundamental para a afirmação do continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido. Angola sendo parte integrante do continente, e vivendo as mesmas peripécias, constitui-se como parte de todo este desafio. Aliás, desde que Angola se tornou um Estado independente, consagra o respeito e a aplicação dos princípios das Organizações Internacionais e Intergovernamentais¹. Neste contexto a questão central de estudo versa sobre a forma como Angola tem implentado os objectivos e acções da NEPAD. Os esforços de Angola se fazem sentir, tendo em conta as medidas e indicadores dos objectivos, no concernete a estabilidade política, a manutenção da democracia, com eleições que tendem a ser regulares, a gestão macroeconómica, que atinge níveis aceitáveis de crescimento económico, e o combate a pobreza, que se vislumbra algumas melhorias, mas não significativos. Porquanto, independentemente de Angola conseguir a estabilidade política, condição sine qua non para desenvolvimento sustentável, Angola está ainda aquém dos objectivos da NEPAD, pois, debate-se com questões de boa governação, transparência na gestão pública e corrupção a todos os níveis da sociedade.

Palavras-Chave: Angola, NEPAD, Desenvolvimento sustentável, Pobreza,

¹ Vide artº 14º da Lei Constitucional da República Popular de Angola de 11 de Novembro de 1975.

ABSTRACT

“NEPAD And the Development Process in Angola 2001 to 2011”

This thesis aims to study how Angola has implemented the objectives and activities of the NEPAD. To say that poverty has constituted a central problem for the world, i.e. growing concern of their governments and the international community. Thus, to combat poverty also arises in the context of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD) as a key strategy for the affirmation of the African continent in the international context and the reduction of disparities between Africa and the developed world. Angola is an integral part of the continent, and experiencing the same shenanigans, was established as part of this whole challenge. Incidentally, since Angola became an independent state, enshrines the respect and implementation of the principles of International and Inter - governmental Organizations. In this context the central question of the study is about how Angola has implanted the objectives and activities of NEPAD. Angola's efforts are felt, taking into account measures of objectives and indicators in concerned political stability, the maintenance of democracy, with elections tend to be regular, macroeconomic management, which reaches acceptable levels of economic growth, and combat poverty, which sees some improvements, but not significant . Because, regardless of Angola political achieve stability, a sine qua non for sustainable development, Angola is still short of the objectives of NEPAD therefore is faced with issues of good governance, transparency in public management and corruption at all levels of society.

Keywords: Angola, NEPAD, Sustainable Development , Poverty.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como título «**A NEPAD E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM ANGOLA DE 2001 A 2011**». Ora decidiu-se desenvolver esta temática pelo facto de que o combate á pobreza surge igualmente, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), como estratégia fundamental para a afirmação do continente africano no contexto internacional e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido. Porquanto, o programa da NEPAD estabelece, a necessidade de assegurar o cumprimento das metas definidas na Cimeira do Milénio com vista à redução da pobreza, da desigualdade, da promoção do crescimento e desenvolvimento económico em África. Assim, a NEPAD (New Partnership for Africa's Development) surgiu em 2001, com o propósito de inverter o quadro crítico de subdesenvolvimento em que se encontrava, e ainda se encontra o continente africano em relação ao resto do mundo. Nisto, O estudo se reveste de capital importância pelo facto de que a NEPAD é vista como um instrumento fundamental que regeria as parcerias inter-africanas, não só ao nível institucional, como também ao nível do empresariado africano, embora em graus diferentes considerando as especificidades locais, e porque entendemos que Angola só poderá afirmar-se no continente se se engajar neste processo.

Por outro lado, a NEPAD tinha como objectivo colmatar pretensas lacunas das anteriores iniciativas africanas. Na altura muita gente viu nesta iniciativa uma alternativa válida para o desenvolvimento do continente africano, uma vez que se tratava de uma parceria que visava a promoção da paz, da estabilidade, da democracia e da boa governação económica e política, ideias que estavam na ordem do dia nas organizações internacionais.

Angola aderiu a esta parceria em 2004 e hoje passados 10 anos importa saber se tem cumprido ou não com os objectivos e os procedimentos da NEPAD desde então, e se sim de que modo o tem feito.

Mais especificamente, pretendeu-se:

- Identificar as medidas e indicadores dos objectivos da NEPAD;
- Analisar as visões críticas sobre a NEPAD;
- Determinar as visões e acções de Angola sobre a NEPAD;
- Conhecer o estado de cumprimento dos programas e acções do NEPAD em Angola.

Metodologia

Para o efeito, o presente trabalho apoiou-se no método qualitativo, com particular realce para a pesquisa e análise bibliográfica, documental e descritiva. Escolhemos este modelo pelo facto do estudo ter como finalidade a descrição, interpretação e compreensão do processo de implementação dos programas da NEPAD em Angola.

Organização do trabalho

Para a concretização dos nossos objectivos, a dissertação é formada por quatro capítulos, precedidos de uma introdução e seguidos de uma conclusão. O primeiro capítulo, dedicou-se a fazer uma descrição geral sobre a NEPAD, no qual abordou-se o contexto histórico em torno do surgimento da NEPAD, a adesão de Angola à NEPAD e sua visão sobre a mesma. O segundo capítulo, reservou-se em fazer referência as medidas e indicadores dos objectivos da NEPAD, tendo sido descritos os eixos centrais da NEPAD como governança, transparência, corrupção e pobreza. O terceiro capítulo, destinou-se à descrição da visão crítica sobre a NEPAD, onde fez-se uma incursão à relação existente entre o neoliberalismo e a NEPAD; as elites africanas e o seu posicionamento perante a NEPAD; e a relação África e o Ocidente, ou seja, falou-se aqui da parceria entre África e o Ocidente. O quarto capítulo,

finalmente, é dedicado à discussão, análise e apresentação do resultados sobre a implementação dos programas e acções da NEPAD em Angola. O trabalho tem uma conclusão, onde buscou-se demonstrar as conclusões finais do presente estudo, tendo em conta a questão central de estudo, bem como os respectivos objectivos definidos inicialmente.

Assim, durante a investigação constatou que é provável que todos os programas do governo Angolano sobre o desenvolvimento sustentável e da criação de melhores condições de vida para população, comparados com os da NEPAD, sejam meras coincidências. Porquanto, o governo angolano tem estado a cumprir o seu próprio programa.

CAPÍTULO 1 – ANGOLA E A NEPAD

1.1 Enquadramento Histórico

Falar da NEPAD em África é falar, antes de mais, da OUA. Porquanto, desde os primórdios do renascimento africano, isto é, com o pan-africanismo e o nacionalismo africano, as elites africanas sempre mostraram o desejo de caminharem juntos na prossecução de objectivos comuns. Foi sobre esta base que surgiu a Organização da Unidade Africana (OUA)². Esta organização ‘supra-estatal’ conseguiu responder os anseios das populações, que só seriam possíveis com o alcance das independências de todos os Estados africanos.

No entanto, paradoxalmente, as independências dos Estados Africanos não proporcionaram nem o crescimento económico nem o desenvolvimento desses mesmos Estados, uma vez que as suas economias estavam reféns das antigas metrópoles e das novas potências saídas da Guerra Fria. Por isso mesmo, considera-se que as independências políticas africanas não trouxeram independências económicas.

Todo o optimismo, talvez até exagerado sobre o futuro do continente, aquando da fundação da OUA, foi comprometido com o desenrolar da história. A ideia de que África de *per si* poderia orientar o seu destino, rumo ao crescimento e desenvolvimento económicos, foi por água abaixo. Tudo isso terá acontecido na medida em que as elites africanas deixaram de ver o continente como um todo, fruto da bipolarização do mundo durante a época da famosa Guerra Fria.

Neste contexto, a OUA revelou fragilidade em não conseguir impor um modelo de desenvolvimento económico para o continente. Deixando que os Estados, individualmente, optassem por aquele que mais lhe convinha³. Nesta esteira, o

² A OUA foi fundada em Adis-Abeba, Etiópia, no ano de 1963, pelos países africanos que tinham conseguido as suas independências, exceptuando-se os da África Austral. Cf. BUJRA, Abdalla, África: transição da OUA a UA – Palestra proferida no ACARTSOD Tripoli, Líbia, em 23 de setembro de 2002. In: <http://www.bujra.com/documents/Pan-African%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>.

³ Ibidem.

continente ficou profundamente fragmentado entre aqueles que optaram pelo modelo socialista de desenvolvimento económico na base da planificação social, sendo outros mais radicais com o modelo marxista – como é o caso de Angola –, e entre aqueles que preferiram o modelo capitalista, liberal, com base numa economia de mercado.

Esta situação não permitiu manter a estabilidade económica do continente verificada no período áureo de 1960 a 1975, onde o crescimento anual do PIB de África rondava os 4,5%, registando o incremento da produção agrícola um valor na ordem dos 6%.⁴

Logo, nos finais dos anos de 1970, África começou a enfrentar graves crises económicas, que se arrastaram às duas décadas seguintes (1980 e 1990), associadas à agudização das guerras civis em muitos dos Estados, o que levou a comunidade internacional e a OUA a colocarem na sua agenda questões relativas ao desenvolvimento económico do continente africano como um todo.

Reconhecida a situação do continente como sendo de crise, era necessário encontrar soluções para sair dessa mesma crise. A esse respeito, várias iniciativas foram surgindo, quer ao nível da comunidade internacional, quer a nível da OUA, com vista a recuperar e tornar célere o desenvolvimento das economias africanas.

A nível externo o BM propõe o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), em 1981. E a nível interno, destacam-se as iniciativas tomadas pela OUA que resultaram na Declaração de Monróvia⁵, em 1979, no Plano de Acção de Lagos⁶ e na Acta Final de Lagos, em 1980, e no Tratado de Abuja⁷, em 1991; e, também, de

⁴ Cf. BUJRA, Abdalla, África: transição da OUA a UA – Palestra proferida no ACARTSOD Tripoli, Líbia, em 23 de setembro de 2002. In: <http://www.bujra.com/documents/Pan-African%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>.

⁵ Projecto africano 2000-2020: auto-suficiência, desenvolvimento democrático, distribuição mais equitativa da riqueza, solidariedade africana forte, peso nos assuntos mundiais. BUJRA, A. Idem, (2002).

⁶ Forneceu estratégias para a implementação de programas de desenvolvimento, com base nos seguintes princípios: a auto-confiança como base do desenvolvimento; a equidade na distribuição da riqueza a nível nacional; Investimento rural, na mineração e na energia; cooperação e integração económica na região; mudança na ordem económica internacional em relação à África, ou seja, nova ordem económica internacional (NOEI). BUJRA, A. Idem, 2002.

⁷ Propõe um Mercado Comum Africano até o ano 2000 e institui a Comunidade Económica Africana. BUJRA, A. Idem, (2002).

programas aprovados pela OUA, nomeadamente: Programa Prioritário de África para a Recuperação Económica (1986-1990), em 1985; Quadro Alternativo Africano para o Programa de Ajustamento Estrutural para Transformação Socioeconómica, em 1989; e a Carta Africana para a Participação Popular no Desenvolvimento e Transformação, em 1990.

Infelizmente, face à acentuada crise económica e política verificada durante a década de 1980, denominada a “década perdida”, cuja repercussão negativa se estendeu para a década de 1990, estas iniciativas e programas africanos não passaram de “conversa de café”, tal como foram rotuladas as cimeiras da OUA por alguns círculos de críticos, políticos e intelectuais. Tais iniciativas e programas não tiveram os efeitos desejados. Razão pela qual, o programa da comunidade internacional, o Programa de Ajustamento Estrutural, foi o único que, efectivamente, passou a dirigir e a dominar as políticas e os planos de desenvolvimento do continente africano, apesar de algumas reservas quanto aos limites de sua implementação e execução.⁸

Com o fim da Guerra Fria, no princípio da década de 1990, mudanças internas na maioria dos Estados africanos começaram a ser operadas. Os regimes totalitários e comunistas começaram, lentamente, a dar lugar às democracias. Este aspecto animava a organização. Porém, a mesma democracia incipiente não mostrou resultados animadores em termos de crescimento e desenvolvimento económicos. Pelo contrário, a instabilidade institucional e o elevado nível de corrupção aumentaram. Assim, o princípio da boa governação tornava-se um dos grandes pilares da democracia e do desenvolvimento. Esta passou assim a ser a condição essencial para os países poderem beneficiar dos programas do BM e do FMI e de países doadores, a dita comunidade internacional.

Face à crise devastadora ocorrida durante as décadas de 1980 e 1990, e do fracasso e da falta de implementação da maior parte das iniciativas de desenvolvimento africano anteriores, as elites africanas perceberam que era necessária uma nova orientação, que partiria inicialmente da reformulação da própria

⁸ BUJRA, A., Op. cit., (2002).

organização que não conseguia responder às exigências da globalização e da visão neoliberal do desenvolvimento.

1.1.1. Visões anteriores à NEPAD sobre o Desenvolvimento do Continente

Antes de fazer uma abordagem sobre as visões anteriores ao surgimento da NEPAD é pertinente esclarecer os conceitos de desenvolvimento, visão e acção na presente análise.

Desenvolvimento

O que a NEPAD considera como desenvolvimento para África? O conceito de "desenvolvimento" é vago e tem sido utilizado para se referir a uma diversidade de projectos e processos. Apesar da imprecisão do conceito de "desenvolvimento", é possível identificar os principais aspectos do conceito. Deste modo, para Mathews⁹, "Desenvolvimento", no entanto descrito, sugere que é a mudança de um menor para um maior estado. Continuando defende o autor ora citado, que os teóricos que escreveram sobre desenvolvimento usaram o conceito para indicar uma mudança positiva, a melhoria ou aperfeiçoamento. Também dizer que está implícita no conceito de desenvolvimento a ideia de um ponto de partida indesejável (ou, pelo menos, um ponto de partida menos desejável), um processo de melhoria, e um destino desejado.

Assim, uma análise do documento da NEPAD revela que grande parte da estratégia da NEPAD para o desenvolvimento baseia-se na identificação de diferenças entre o mundo "desenvolvido" e África, e o planeamento de maneiras a eliminar estas diferenças. NEPAD frequentemente usa o termo "fazer a ponte" e termos relacionados, como " alcançar " e " superar abismos' , quando se discute o desenvolvimento da África. O uso de termos como esses sugerem que a NEPAD aceita as regiões "desenvolvidas" como um modelo para o desenvolvimento da África, e acredita que o desenvolvimento da África ocorrerá por meio da redução das

⁹ MATHEWS, Sally, Investigando Pressupostos de Desenvolvimento da NEPAD *in* Revista de Economia Política Africano Volume 31, Issue 101, 2004. Disponível em: <http://www.tandfonline.com>/acessado: 19.12.2013.

diferenças entre o mundo "desenvolvido" e a África. Este tipo de pensamento também se reflecte nas secções da NEPAD, onde as características do mundo "desenvolvido" (como redes de telecomunicações extensas e de acesso generalizado à tecnologia avançada) são mantidos como metas para a África.

O entusiasmo da NEPAD para 'alcançar' o mundo "desenvolvido" sugere que a forma de pensar da NEPAD sobre o desenvolvimento compara-a (pelo menos parcial) a assimilação com o Mundo "desenvolvido". África não irá identificar o seu próprio destino desejado e traçar o seu próprio caminho em direcção a este futuro, mas sim irá acompanhar ansiosamente os passos das sociedades 'avançadas', imitando-os alegremente conforme África torna-se mais semelhante a eles. Este tipo de pensamento tem implicações tanto para as discussões sobre a NEPAD, do destino e estratégia escolhida da NEPAD para chegar ao destino desejado. Nele parece que a NEPAD frequentemente vê a vida contemporânea no mundo "desenvolvido" como um modelo para o tipo de futuro, na qual a África deve se esforçar, e a emulação das sociedades "desenvolvidas" como uma estratégia para o desenvolvimento.

Visão e Acção

De acordo com Bujra

“Uma visão é uma imagem mental de um futuro desejado – de um indivíduo, um país / nação ou um continente. Muitas vezes, é articulada em algumas sentenças – por exemplo, como um preâmbulo de um documento. Às vezes, a visão de futuro é capturada em um slogan curto, simples e cativante. Em geral, porém, uma visão é muitas vezes acompanhada por um plano estratégico de longo prazo sobre como alcançar o futuro desejado.”¹⁰

Por seu turno a acção tem a ver com a implementação ou execução com vista ao alcance desta visão.

¹⁰ BUJRA, Abdalla. Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD), Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

Vale a pena recordar que a visão da NEPAD é a visão sobre o desenvolvimento de África. Nisto, a NEPAD vai ser então um instrumento da UA que visa impulsionar a economia africana.

Assim, de acordo com o autor acima citado, no passado havia grandes diferenças entre a visão africana do desenvolvimento do continente e a visão externa. O que era apenas comum é que as ambas visões emanavam dos governos e não dos povos.

Contudo, recentemente a visão africana do desenvolvimento do continente tem na sua essência a visão externa, ou seja, a mesma visão defendida pelos ocidentais.¹¹

De realçar que para melhor compreensão das visões da NEPAD, torna-se de antemão fazer uma retrospectiva das visões africanas de desenvolvimento.

Neste particular, os líderes da diáspora no 5º Congresso Pan-africano, realizado em Manchester (1945), expressaram, a mais clara visão da África. Porquanto, defendiam que em primeiro lugar, era necessário conseguir a independência da dominação colonial para que os africanos pudessem governar-se democraticamente e, em segundo lugar, seria necessário alcançar a unidade continental para que a África pudesse trazer o mais rápido crescimento e o desenvolvimento económico, de forma a atingir o nível dos países industrializados, e para que pudesse ser forte dentro do sistema internacional¹². Significa com isto dizer que para os líderes africanos, sobretudo os da diáspora, o desenvolvimento do continente passaria pela libertação dos povos africanos, permitindo desta feita a participação efectiva de todos os povos de África.

¹¹ BUJRA, Abdalla. Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD), Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

¹² Idem, (itálico nosso).

Assim, com vista a levar avante este desiderato, os movimentos nacionalistas conseguiram mobilizar os populares para a luta contra os colonialistas, o que culminou conseqüentemente com a conquista das independências.¹³

Outrossim, é a visão de Bujra sobre todo esse processo de desenvolvimento do continente, que considera existirem quatro visões africanas. A primeira, já referenciada, tem a ver com a unidade continental, que conduziu as bases da formação da OUA, em 1963, em Adis-Abeba, Etiópia. A esta visão associaram-se alguns elementos, tais como a erradicação da pobreza e da doença, a auto-suficiência e a equidade.

Esta visão levou a um grande debate entre os líderes africanos, de um lado, se a unidade política do continente deve ser imediata (Nkrumah, Gana) ou, de outro lado, se deve ser gradual, começando pela consolidação dos Estados-nação (Nyerere, Tanzânia). Esta última posição é que venceu, pois, a prática mostra a prioridade na construção da nação e do desenvolvimento económico a nível dos países, individualmente.

De referir que em torno destas posições, surgiram dois blocos, o de Monróvia e o de Casablanca, o que em si indiciava já a visão fragmentada do continente. Porquanto, o primeiro bloco enfatizou a rápida unidade política continental, sendo o socialismo a principal via da auto-suficiência e equidade, e do desenvolvimento económico. E o segundo bloco priorizou a construção da nação, sendo o mercado aberto a via para o desenvolvimento económico.

A segunda visão futurista de África foi articulada na Declaração de Monróvia, em 1979, que proporcionava uma visão do futuro da África de 2000/2020, que teria um alto grau de auto-suficiência e desenvolvimento democrático, haveria a distribuição equitativa dos recursos, teria forte solidariedade africana e que a África teria mais peso nos assuntos mundiais.¹⁴

São vários os princípios que constituem a Declaração de Monróvia, entre os quais, podemos citar alguns, tais como: a confiança na capacidade e no potencial

¹³ Idem.

¹⁴ OUA, 1979, citado por Bujra, op. cit., (2002).

africano; a equidade na distribuição da riqueza; a reforma do sector público; investimentos na mineração, energia e tecnologia; cooperação e integração económicas inter e intra-africanas; e a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), a favor dos países do Terceiro Mundo.¹⁵

Como podemos observar, são estes princípios básicos em que assentam as estratégias do Plano de Acção de Lagos. É, também, em decorrência desta segunda visão africana, que surge a Acta Final de Lagos, em 1980, propondo um Mercado Comum Africano até o ano de 2000, facto que não aconteceu. À luz desta Acta, entende-se que o desenvolvimento passaria necessariamente pela cooperação económica e integração regional.

Face a importância que a cooperação económica e integração têm para o desenvolvimento económico africano, dez anos depois da Acta Final de Lagos, surgiu o Tratado de Abuja (1991) que estabelece a Comunidade Económica Africana, cuja realização será faseada ao longo dos 34 anos. Para o efeito, é necessário que a condução das relações inter-estaduais baseie-se nos princípios firmados anteriormente, entre os quais: igualdade e inter-dependência dos Estados-membros; solidariedade colectiva de auto-suficiência; cooperação inter-estatal; resolução pacífica dos diferendos; reconhecimento, promoção e protecção dos direitos humanos e dos direitos das pessoas; prestação de contas, na justiça económica e da participação popular no desenvolvimento.

A terceira visão decorreu das graves crises económicas e políticas vividas na década de 1980. As causas e continuidade das crises são mais externas do que internas. Desta feita, as crises têm como origem: o colonialismo, o sistema financeiro internacional, a dependência económica e a intervenção directa das instituições financeiras internacionais (FMI, BIRD) e os países doadores nas economias africanas, através dos Programas de Ajustamento Estrutural.

¹⁵ BUJRA, Abdalla. Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD), Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

Deste diagnóstico surge, em 1985, o Programa Prioritário de África para a Recuperação Económica, um programa de apenas cinco anos (1986-1990), que propunha medidas para rápida implementação do Plano de Acção de Lagos e da Acta Final de Lagos; acção especial para a melhoria da situação alimentar e reabilitação da agricultura; medidas para aliviar a dívida externa da África; e medidas para uma plataforma comum de acção a nível regional, continental e internacional.¹⁶

As elites políticas africanas apercebendo-se de que as políticas dos Programas de Ajustamento Estrutural (SAP, Structural Adjustment Programs) agravavam cada vez mais a situação económica dos Estados africanos, criaram em 1989 um Quadro Alternativo para o Programa de Ajustamento Estrutural para Transformação Socioeconómica. Tanto este como os primeiros não surtiram efeitos satisfatórios sobre a população africana. É assim que surge, em Arusha (1990) a Carta Africana para a Participação Popular no Desenvolvimento e Transformação. Tal como indica o título, o objectivo fundamental é a democratização do processo de desenvolvimento a fim de permitir a participação popular no processo de produção.

Assim, a terceira visão fica patente nesta Carta em que se prevê uma nova era em África, onde a democracia, a responsabilidade na gestão económica, a justiça, o empoderamento das pessoas de iniciativa e espírito empreendedor e a democratização do processo de desenvolvimento estejam na ordem do dia.

A quarta visão emerge da Declaração da OUA sobre os Estudos da situação Socioeconómicos e política em África e das mudanças fundamentais que assolam o mundo, em Adis-Abeba (1990). Este documento é também uma reacção face à crise que assolava o continente – a deterioração económica (queda drástica do rendimento per capita do povo e subida exacerbada da dívida externa, de 50 biliões para cerca de 257 biliões) e aumento dos conflitos internos (conflitos armados e guerras civis).¹⁷

¹⁶ BUJRA, Abdalla. Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD), Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

¹⁷ BUJRA, Abdalla. Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for

Face a esta situação, a OUA alargou o seu âmbito de actuação – intervenção em conflitos internos – e considera que a paz e a democracia são pré-requisitos para o progresso e desenvolvimento económico.

Assim, dizer que a NEPAD surgiu no âmbito dos debates sobre o Renascimento Africano, que remontam ao ano de 1994, numa altura em que a última colónia, a África do Sul, foi descolonizada. Foi com Thabo Mbeki, que se começou a falar deste assunto. Foi na senda destes debates que um pequeno grupo de líderes africanos tomou sobre si a tarefa de defender um programa para a recuperação económica de África. Os grandes protagonistas destes debates, além de Mbeki, foram o então Presidente Nigeriano Olusegun Obasanjo e o Presidente Argelino Abdelaziz Bouteflika (na condição de Presidente da OUA). Estes três líderes africanos desenvolveram os esforços que resultaram no *Programa de Recuperação Africana do Milénio* (PRAM, ou simplesmente MAP)¹⁸.

Contudo, este projecto representava no fundo a posição dos países anglófonos, levantando deste modo a velha rivalidade entre a “Aliança Anglófona” e a “Aliança Francófona”. É assim que do lado dos francófonos surge outra iniciativa, o *Plano Omega*, proposto pelo presidente senegalês, Abdoulaye Wade.¹⁹

Havendo a necessidade de um projecto comum, uma vez que os países Africanos tinham sensivelmente os mesmos problemas, estes dois programas, o MAP e o Plano Omega, fundiram-se dando origem ao NAI na Cimeira de Chefes de Estados e de Governos da OUA, realizada em Lusaka, a 11 de Julho de 2001, vindo a ser chamado de NEPAD a 23 de Outubro do mesmo ano, em Abuja, e que, a

African Development (NEPAD), Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

¹⁸ KARUUOMBE, Barney, “NEPAD: Uma nova Parceria entre o Cavaleiro e o Cavalo”, Luanda: Labour Resource and Research Institute, (2003), p. 11. In: homepage.mac.com/cfpla/PUBLICACOES_FILES/NEPAD-Pt.doc. Acesso a 23 de Setembro de 2011.

¹⁹ DÖPCKE, Wolfgang, “Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development”, Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, número 001, (2002), p. 152.

posteriori, foi reconduzido e adotado pela cimeira da mesma organização, entretanto transformada em UA, em Durban (2002).²⁰

De sublinhar que a NEPAD parte de uma visão que se pretende realista do continente. Como descrito no próprio documento, os líderes africanos reconhecem a existência de um fosso abismal entre os países da região Africana e os de outras regiões do mundo. A pobreza, o atraso, a marginalização da África do processo de globalização, a elevada dívida, a exclusão social das populações, entre outros, são fenómenos que constituem uma ameaça séria à estabilidade mundial.²¹

No quarto parágrafo do documento da NEPAD ressalta a situação africana que motivou alguns líderes africanos a adoptar uma postura comum no sentido de se inverter o quadro de subdesenvolvimento:

*“Em África, 340 milhões de pessoas, ou seja a metade da população, vivem com menos de um (1) \$EU por dia. A taxa de mortalidade entre crianças de menos de cinco (5) anos de idade atinge aos 140 por 1000 e a esperança de vida ao nascimento é de apenas 54 anos. Somente 58% da população tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo entre pessoas de idade superior a 15 anos atinge os 41%. Existem apenas 18 linhas telefónicas principais para 1000 pessoas em África, comparadas com 146 para o resto do mundo em geral e 567 nos países de alto rendimento.”*²²

Esse quadro mostra a grande clivagem que há entre o continente Africano e o resto do mundo. Porém, essa situação não foi sempre assim como já foi referido. Fazendo a comparação com a situação verificada há trinta anos atrás, houve um grande recuo no que diz respeito ao desenvolvimento humano. Se em 1970 o peso do PIB da África no mercado mundial rondava aos 2,4%, já em 2000 caiu para 1,4%; por sua vez a expansão do PIB real que oscilava de 4,6% a 4,5% nos anos 70, caiu

²⁰ KARUUOMBE, op. cit., (2003), p. 12.

²¹ NEPAD, (2001), p. 1.

²² Ibidem.

para 2,5% nos anos 90, tendo sido registado a pior queda de 2,1% nos anos 80. A produção agrícola crescia na ordem de 1,9%, em 1970, tendo subido para 2,5% nos anos 80, porém decrescido substancialmente para 1,5% nos anos 90. A esperança de vida, nos anos 80 era de 50 anos, tendo descido um degrau no fim da década de 1990²³.

Os líderes africanos aquando do esboço da NEPAD sabiam da sua real situação assim como das suas causas. Segundo Karuuombe²⁴, vários são os factores que contribuíram para a crise do desenvolvimento de África, dentre os quais se destacam:

- O colonialismo e a sua forma actual, neo-colonialismo, reforçado pelo processo de globalização.
- A ‘Guerra-Fria’ que dividiu o mundo em dois grandes blocos ideológicos, de um lado o capitalismo (EUA) e, de outro, o socialismo-comunismo (URSS).
- A dependência material, financeira e intelectual contínua de África em relação aos seus antigos colonizadores. Como exemplo deste fenómeno disso, temos as instituições de ‘Bretton Woods (FMI e BM) e os países doadores a ditarem as políticas de governação em África.
- A má liderança por maior parte dos líderes africanos que se preocuparam essencialmente com posições do poder e com o auto-enriquecimento.

De facto, em relação às causas da pobreza, apesar de se acentuarem mais os factores exógenos como o colonialismo, a guerra fria e os mecanismos do sistema económico internacional, causas internas aprofundaram essa crise como a instabilidade institucional, a corrupção e a má-governação²⁵.

²³ HUGON, Philippe, Le NEPAD: nouvelle chance pour l’Afrique contemporaine, n° 204, De Boeck Université, (2002), pp. 43-44.

²⁴ Karuuombe, op. cit., (2003), pp. 9-10.

²⁵ NEPAD, (2001), p. 5.

1.2 O que é a NEPAD?

O primeiro parágrafo do documento da NEPAD, descreve a NEPAD como sendo:

*“... uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e colectivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem activamente na economia mundial e na vida política. O Programa é igualmente, baseado na determinação dos Africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do sub-desenvolvimento e da exclusão num mundo em globalização”.*²⁶

De acordo com Karuuombe²⁷ a NEPAD tem sido retratada no quadro da UA como sendo: um quadro abrangente, estrategicamente integrado e holístico para o desenvolvimento económico de África; um compromisso que os líderes africanos assumiram para a população africana e a comunidade internacional, de colocar África na trajectória de um crescimento sustentável; e um compromisso que os líderes Africanos assumiram para acelerar a integração do continente africano na economia global.

À luz do exposto, pode-se considerar a NEPAD como um programa de parceria da União Africana desenvolvida pelos líderes Africanos com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável de África.

Como foi dito anteriormente, o continente africano conheceu várias iniciativas no sentido de sair do subdesenvolvimento e da pobreza extrema, que, no entanto, falharam por razões de ordem endógena e exógena, incluindo a própria liderança que foi sempre questionada.²⁸

Contudo, esta nova iniciativa difere das anteriores, pela sua abordagem e estratégia, pois considera que não há desenvolvimento sem a paz e que tal

²⁶ NEPAD, (2001), p.1.

²⁷ KARUUOMBE, op. cit., (2003), pp. 13-14.

²⁸ NEPAD, (2001), p. 10.

desenvolvimento deve ser um compromisso de todos os actores políticos, sociedade civil e população em geral. Além disso, todos os signatários devem honrar os compromissos assumidos, traçando mecanismos para exercer o controlo sobre o respeito por esses compromissos, onde a comunidade internacional não pode alhear-se, no sentido não só de promover o desenvolvimento sustentável, mas também de promover a paz, a democracia, a boa gestão política e económica e o desenvolvimento das populações.

1.2.1 Propósitos Gerais

Os líderes africanos pretendem com a NEPAD reduzir o fosso existente entre os países Africanos e os países desenvolvidos no concernente ao desenvolvimento. Para o efeito, entendem ser necessário assumir-se responsabilidade colectiva no que toca aos seguintes propósitos fundamentais:

1. Fortalecimento dos mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a níveis sub-regional e continental e assegurar que esses mecanismos sejam utilizados para restaurar e manter a paz;
2. Promoção e protecção da democracia e dos direitos humanos nos seus respectivos países e regiões, através da definição de padrões claros de responsabilização, transparência e governação participativa aos níveis nacional e distrital;
3. Restauração e manutenção da estabilidade macro-económica, especialmente através da definição de padrões de metas para as políticas fiscal e monetária e a introdução de quadros institucionais apropriados para o alcance desses padrões;
4. Instituição de quadros legais e reguladores transparentes para os mercados financeiros e a auditoria das companhias dos sectores privado e público;
5. Revitalização e extensão da educação, formação técnica, assistência aos serviços de saúde, combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças transmissíveis;

6. Promoção das mulheres no desenvolvimento económico e social, através do reforço da sua capacidade nos domínios da educação e formação, desenvolvimento das actividades geradoras de rendimento, através da facilitação do acesso ao crédito e a participação na vida política e económica;
7. Construção de capacidades dos Estados em África, para definirem e fazerem cumprir um quadro legal e manterem a lei e a ordem;
8. Promoção do desenvolvimento de infra-estruturas, da agricultura e sua diversificação em indústrias agrárias e de manufactura para servir os mercados interno e de exportação.²⁹

1.2.2 Objectivos Específicos

Como descrito no documento da NEPAD, o objectivo geral da “*Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*” é o de **conferir uma nova dinâmica ao desenvolvimento da África**, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários, e a fim de permitir que o continente alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nos países desenvolvidos.³⁰

Além do objectivo geral, a NEPAD traça os objectivos de curto, médio e longo prazo.

Os objectivos e metas de curto e médio prazo da NEPAD são:

1. Realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima dos 7% anuais nos próximos 15 anos;
2. Assegurar que o Continente Africano realize as Metas de Desenvolvimento Internacional (IDGs³¹) acordados e que são:
 - Reduzir em metade a proporção das populações que vivem na extrema pobreza entre 1990 e 2015;

²⁹ NEPAD, (2001), pp. 11-12.

³⁰ Idem, pp. 15-16.

³¹ Sigla inglesa: International Development Goals.

- Matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;
- Realizar progressos para assegurar a igualdade do género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015;
- Reduzir, em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;
- Reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015;
- Providenciar, o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde de reprodução até 2015;
- Implementar estratégias nacionais para realizar o desenvolvimento sustentável até 2015.

Apontam-se como objectivos de longo prazo:

1. Erradicação da pobreza e a colocação dos países africanos, individual e colectivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização da África no processo de globalização;
2. e promover o papel das mulheres em todas as actividades.

Karuuombe³², na sua interpretação, considera como objectivos específicos, entre outros:

- Realizar e sustentar uma taxa média de crescimento do produto interno bruto de 7% por ano para os próximos 15 anos.
- Assegurar que o continente realize as Metas de Desenvolvimento Internacional acordadas.
- Aumentar o investimento no desenvolvimento de recursos humanos.

³² KARUUOMBE, op. cit., (2003), p. 14.

- Promover o papel das mulheres em todas as actividades.
- Promover a integração económica continental e sub-regional.

E como mais gerais:

- Promover um crescimento acelerado e um desenvolvimento sustentável.
- Erradicar a pobreza generalizada e severa.
- Parar a marginalização de África no processo de globalização.

1.2.3 Iniciativas / Acções

Para criar as condições para o desenvolvimento sustentável a NEPAD propõe três grandes iniciativas:

- Iniciativa da paz, segurança, democracia e governação política;
- Iniciativa económica e governação empresarial; e
- Abordagens sub-regionais e regionais para o desenvolvimento.³³

Deste modo, a NEPAD entende que a paz, a segurança, a democracia, a boa governação, os direitos humanos e uma boa gestão económica são condições para o desenvolvimento sustentável³⁴. A iniciativa sobre a paz e a segurança inclui a promoção a longo prazo condições de segurança; a criação de instituições de alerta,

³³ NEPAD, (2001) pp. 18-23.

³⁴ Desenvolvimento Sustentável (DS), pode ser definido como: "equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social". Assim, o desenvolvimento sustentável sintetiza-se em seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas, isto é: a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc); a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver); a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc); a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios); e a efetivação dos programas educativos. Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a Educação Ambiental é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população. Cfr. MENDES, Marina Ceccato, Texto sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2009. In: <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/desenvolvimento-sustentavel.html>. Acessado: 26 jul. 2013.

prevenção, gestão e resolução de conflitos; e a institucionalização dos compromissos para com os valores fundamentais da NEPAD.

Para que se assegure a paz e a segurança em África é necessário eliminar as condições em que se assentam os conflitos. Para o efeito, os esforços deverão incidir sobre os meios necessários para fortalecer as instituições regionais e sub-regionais no que toca à:

- prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- Instauração da paz, manutenção da paz e imposição da paz;
- Reconciliação, reabilitação e reconstrução pós-conflito;
- Combate a proliferação ilícita de armas pequenas, armas ligeiras e de minas anti-pessoal.

No que diz respeito à democracia e governação política, a NEPAD tem como valores o pluralismo político (existência de vários partidos políticos e sindicatos), transparência, integridade, respeito pelos direitos humanos e eleições periódicas abertas e democráticas.

A NEPAD entende que o reforço da governação política passa necessariamente por uma série de reformas institucionais sobre:

- Serviços administrativos e civis;
- Fortalecimento do controlo parlamentar;
- Promoção da participação na tomada de decisões;
- Adopção de medidas efectivas para combater à corrupção e apropriação indevida dos bens públicos;
- Realização de reformas judiciais.

No que toca à governação económica e empresarial, a NEPAD visa promover em todos países participantes um quadro de programas concretos e calendarizados, com vista a melhorar a qualidade da gestão económica e financeira pública, bem como a governação empresarial.

As acções incluem a criação de uma equipa de trabalho dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais para a revisão das práticas na área da economia e da governação empresarial nos vários países e regiões. Essa equipa será chamada a formular recomendações sobre os padrões e códigos apropriados de boas práticas para a consideração pelo Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo. Este Comité deverá submeter as suas recomendações à Cimeira dos Chefes de Estado africanos para a sua aprovação e implementação.

Quanto às abordagens sub-regional e regional para o desenvolvimento, a NEPAD entende que, para superar as dificuldades dos países pequenos, em termos de população e de rendimento per capita, e de acordo com os seus limitados mercados, é necessário que os países africanos conjuguem os seus recursos e promovam o desenvolvimento regional e a integração económica do continente, a fim de melhorarem a sua capacidade competitiva no mercado internacional.

É sobre estas iniciativas que assentam os princípios da NEPAD, que incluem a boa governação política e económica, a paz e a estabilidade, parceria africana, responsabilidade e sentimento de pertença africano, liderança, transparência e integração regional entre outros.

A NEPAD, a respeito desta iniciativa, focaliza as suas estratégias sobre a provisão de bens públicos essenciais a nível da região, tais como transportes, energia, água, tecnologias de informação e comunicação, erradicação de doenças, conservação do ambiente e criação da capacidade de investigação regional, bem como a promoção do comércio e de investimentos intra-africanos. Ademais, o seu enfoque incide sobre a racionalização do quadro institucional da integração regional, através da identificação de projectos comuns compatíveis com os programas de desenvolvimento nacional e regional e na harmonização das políticas e práticas económicas e de investimento. Para a efectivação destas estratégias, a NEPAD conta com o apoio do BAD.

1.2.4 Estrutura Orgânica e Administrativa

A estrutura da NEPAD no âmbito da UA está constituída pelos seguintes órgãos de governação e execução, a saber:

- **Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (Assembleia da UA)** – o órgão máximo que delibera e dirige as iniciativas programáticas da NEPAD.
- **Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo (Forum da NEPAD)** – órgão que prepara as estratégias de acção e os programas de implementação da NEPAD. Está constituído por vinte Chefes de Estados (inicialmente quinze³⁵), entre os quais cinco pertencentes aos países dos promotores (membros permanentes³⁶) e quinze representantes das cinco regiões da UA³⁷. Por inerência ao cargo, o Presidente e o Secretário Geral da UA são membros deste Comité.
- **Comité de Pilotagem** – órgão directivo que supervisiona os trabalhos do Comité de Implementação, dirige as acções do Comité. Está formado pelos representantes pessoais dos 5 chefes de Estados de países promotores, representantes das instituições económicas e financeiras e representantes de outros Estados membros do Comité de Implementação. O secretariado da UA participa nas reuniões deste Comité Directivo.
- **Secretariado** – órgão que administra as actividades da NEPAD, isto é, prepara os trabalhos do Comité Directivo, as agendas de reuniões e os documentos técnicos. Serve de ligação com os diversos membros dos

³⁵ Os quinze estados-membros iniciais da NEPAD foram: Argélia, Egipto, Tunísia, Nigéria, Senegal, Mali, Camarões, Gabão, São Tomé e Príncipe, Etiópia, Ilhas Maurícias, Ruanda, África do Sul, Botswana e Moçambique. (Karuombe, 2003, p. 15) Foi na 4ª reunião do Comité de Implementação dos Chefes de Estado, em Durban, África do Sul, que se acrescentou mais cinco membros, um por cada região. MOÇAMBIQUE, op.cit., (2002), p. 8.

³⁶ Os membros permanentes da NEPAD estão constituídos pelos representantes dos países promotores, nomeadamente: a Nigéria (coordenador do programa de governação política), a África do Sul (coordenador do programa de governação económica e fluxo de capitais), o Egipto (coordenador do programa de acesso aos mercados e a diversificação da produção), o Senegal (coordenador do programa da infra-estrutura, ambiente, NTIC e energia; e, finalmente, a Argélia (coordenador do desenvolvimento humano). In: www.nepad.org.

³⁷ As cinco regiões da UA são: África do Norte (Magrebe), África Central, África Ocidental, África Oriental e África Austral.

países que formam o Comité de Implementação e vela pelo bom desempenho do Comité Directivo. Promove a ligação entre as cinco sub-regiões que constituem a União Africana. O secretariado está sediado em Pretória, África do Sul.

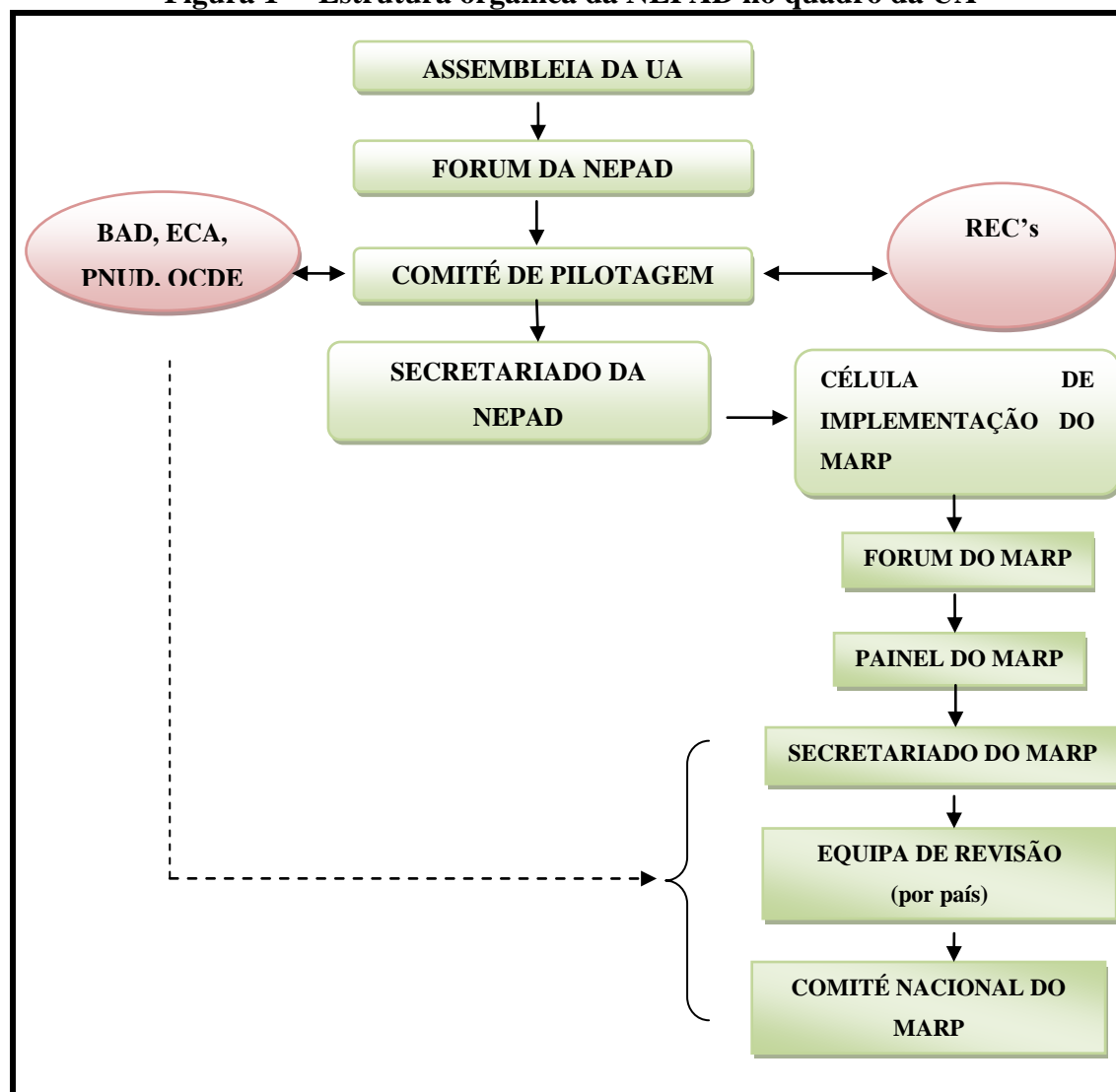
Na estrutura da NEPAD inclui também o MARP que, por sua vez, está formado pelos seguintes órgãos: Fórum, Painel, Secretariado, Equipa de revisão e Comités Nacionais de revisão de pares. O MARP é coordenado pelo Painel de revisão, constituído de 5 a 7 membros e nomeados pelos países participantes do mesmo mecanismo, cujo mandato é de quatro em quatro anos, com excepção do seu presidente, que tem o mandato de cinco anos.³⁸

Além disso, a NEPAD tem como pilares as Regiões Económicas da UA, denominadas REC's, e conta com alguns parceiros, considerados estratégicos, como o BAD, OCDE, ECA e PNUD.³⁹

³⁸ Cfr. NEPAD, APRM Base Document, (2003), p. 2.

³⁹ Ibidem.

Figura 1 – Estrutura orgânica da NEPAD no quadro da UA



Fonte: www.nepad.org. Elaboração gráfica própria.

1.3. Adesão de Angola ao NEPAD

Angola abraçou a parceria global de desenvolvimento através de iniciativas importantes da UA, como é o caso da NEPAD e do MARP, em 2004. Verdade é que, inicialmente, com certa hesitação devido às assimetrias não só regionais como também as existentes ao nível dos países africanos. Com efeito no continente africano encontram-se espaços mais desenvolvidos do que os outros, países onde o nível de desenvolvimento é intermédio e outros que se encontram no limiar da pobreza, o que tornar impossível competir em pé de igualdade; não proporcionando, deste modo, vantagens comparativas significativas. É esta situação que tem sido

apontada pelo Governo angolano para justificar a sua posição gradual no processo de integração económica a nível da SADC e de outras organizações regionais de que faz parte.

Ana Dias Lourenço, então ministra angolana do Planeamento, afirma por exemplo, que

É importante referir que os benefícios da integração regional ainda são insignificantes para o país. As relações comerciais externas de Angola são, principalmente, com países industrializados (EUA, UE) e, ultimamente, com os países emergentes como o Brasil e a China. No espaço regional austral, apenas a África do Sul tem sido uma das principais fontes de importação de produtos alimentares.

Para Angola os benefícios do processo de integração só podem ser vistos a longo prazo. Contudo, o governo angolano está empenhado na integração regional como sendo uma maneira de evitar a marginalização na economia mundial, e de introduzir mais eficiência no sector produtivo interno. Não obstante a isso, receia-se que a concorrência regional crescente venha desencorajar a produção interna, visto que a economia angolana, apesar do crescimento económico observado nos últimos anos, ainda é muito frágil.⁴⁰

Por outro lado, a SADC incentiva os fluxos transfronteiriços dos investimentos e o estabelecimento da Zona de Comércio Livre até o ano de 2012. Contudo, Angola, na presidência da SADC, apesar de reconhecer os benefícios que decorrem da União Aduaneira, ainda entende que de momento é prioritário apostar nas infra-estruturas internas dos países da região.

Neste particular, aquando da apresentação da NEPAD em Angola, em 2002, Ana Dias Lourenço argumentava que a NEPAD representa uma visão de:

“mudança radical da política económica, fundada numa maior atenção aos problemas da pobreza e da saúde, num maior compromisso com o desenvolvimento sustentado e numa abordagem mais abrangente das relações económicas entre os países africanos. No

⁴⁰ LOURENÇO, Ana Dias. Comunicação apresentada no Forum da SADC, 2007. [Texto mimeografado].

entanto, as diferenças entre os países africanos são, em alguns casos, substanciais, pondo em questão a uniformização de estratégias ou a unanimidade de políticas.”⁴¹

De acordo com a visão de Ana Dias Lourenço, enquanto permanecerem os desequilíbrios regionais será difícil atingir o desenvolvimento económico sustentável a nível continental. Com efeito, é importante que cada um dos diferentes países africanos desenvolva, no quadro das orientações da NEPAD, estratégias públicas e empresariais autónomas e ajustadas à natureza e dimensão das suas insuficiências e constrangimentos.⁴²

Nesta mesma senda, Aguinaldo Jaime, na altura Adjunto do Primeiro-Ministro angolano, convergindo com a NEPAD, considera que:

“O desenvolvimento do país depende da existência de infra-estruturas económicas e sociais, tais como boas estradas, pontes, escolas, hospitais, distribuição de energia e água em todo território nacional e bom sistema de telecomunicações. Por essa razão, afirmou, mesmo fora da NEPAD, o Governo concebeu e está a implementar um ambicioso programa de reabilitação de infra-estrutura, a título de exemplo, o financiamento que o executivo foi buscar ao Eximbank da china e a outras linhas de crédito.”⁴³

Neste último período do seu discurso, manifesta o pouco interesse que a NEPAD tem para o país, uma vez que acções de desenvolvimento no país estavam sendo realizadas mesmo sem esta iniciativa.

Contudo, Angola considera a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e o Mecanismo Africano de Revisão de Pares como processos importantes que complementam a Declaração do Milénio, visando uma melhor governação,

⁴¹ LOURENÇO, Ana Dias. Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].

⁴² Ibidem.

⁴³ JAIME, Aguinaldo. Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].

satisfação dos direitos humanos e responsabilização de todos os actores estatais e não estatais.⁴⁴

Neste contexto, Ana Dias Lourenço referiu que o mais importante é o desafio de traduzir os objectivos da NEPAD em programas e projectos concretos a nível nacional, para garantir uma melhor qualidade de vida das populações. Um dos maiores desafios para o continente consiste no reforço da capacidade de governar, de traduzir em acções políticas estratégicas de longo prazo, bem como realizar reformas estruturais de grande alcance.⁴⁵

As autoridades angolanas aquando da integração de Angola na NEPAD assumem o compromisso de fazer maior divulgação interna e externa da estrutura política e do desenvolvimento de planos orientadores da NEPAD para as seguintes áreas prioritárias: a capacidade para operações de apoio à paz da UA; normas e directrizes para o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM, na sigla em inglês), o instrumento da NEPAD destinado a promoção da boa Governação; a Estratégia de Saúde NEPAD; o Plano de Acção Educativa; o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola; o Plano de Acção do Ambiente; e o Plano de Estratégias para a Ciência e a Tecnologia entre outras tarefas⁴⁶.

A NEPAD também chama à participação a sociedade civil. Porém, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), a sociedade civil angolana está pouco informada sobre a iniciativa. E, além disso, as organizações não governamentais (ONGs) enfrentam grandes dificuldades financeiras (dependentes de financiamento externo) e fraca capacidade humana, que não lhes permite impulsionar o projecto junto das comunidades. E o pior é que muitos delas (ONGs) estão atreladas ao Governo, desempenhando tarefas da responsabilidade do Governo como

⁴⁴ ANGOLA, “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” – Relatório de Progresso, Luanda, Ministério do Planeamento & PNUD, (2005), p. 11. In: mirror.undp.org/angola/.../Angola_MDG_Prog_report_2005.pdf. Acesso a 26 de Outubro de 2011.

⁴⁵ LOURENÇO, Ana Dias. Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].

⁴⁶ ANGOLA. Síntese do Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD, Luanda: Ministério das Relações Exterior – Centro de Documentação e Informação, 01 set. 2005. In: <http://www.consuladodeangola.org/index.php?>. Acesso a 30 de Outubro de 2010.

a educação e agricultura; e outras têm ambições políticas, o que compromete a sua capacidade de pressão sobre o Governo.⁴⁷

A NEPAD em Angola enfrenta um défice na sua divulgação. Mesmo os meios de comunicação quer estatais quer independentes pouca menção fazem sobre a iniciativa. Os partidos políticos com a conquista da paz estavam mais preocupados com questões internas como as eleições, e pouco ou nada se referem à NEPAD, dado o fraco impacto político que tinha internamente, como nos apontam os estudos do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.⁴⁸

A partir destes estudos, podemos afirmar, sem medo de errar, que a NEPAD ao longo dos tempos, não parece ter sido considerada uma prioridade tanto por parte do governo como da sociedade civil.

1.3.1. Visão de Angola face ao NEPAD

A visão de Angola sobre o desenvolvimento sustentável, está plasmado na actual Constituição. Nestes termos, o compromisso do Estado Angolano consiste na edificação do Estado democrático de direito e uma sociedade justa⁴⁹, ou seja, a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.⁵⁰

Deste modo, para fazer jus aos objectivos da NEPAD, o Estado Angolano, tendo em conta a Constituição da República de Angola, tem como tarefas fundamentais⁵¹:

- Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos;

⁴⁷ INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS (IEEI). “Angola. Uma Nova Parceira – O Papel da Sociedade Civil.” [Arquivado a 8 de Julho de 2012]. In <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=491>. Acesso a 30 de out. 2011.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ver o preâmbulo da Constituição da República de Angola, 2010.

⁵⁰ Vide artº 1 da Constituição da República de Angola, 2010.

⁵¹ Vide artº 21 da Constituição da República de Angola, 2010.

- Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos;
- Promover a erradicação da pobreza;
- Promover políticas que permitam tornar universais e gratuitos os cuidados primários de saúde;
- Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito;
- Efectuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento auto-sustentável;
- Assegurar a paz e a segurança nacional;
- Promover a igualdade entre o homem e a mulher;
- Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais;
- Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional;
- Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação;
- Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos;
- Promover a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo, a eficiência e a modernidade no desempenho dos cidadãos, das instituições e das empresas e serviços, nos diversos aspectos da vida e sectores de actividade.

Assim, o Governo de Angola tem implementado um programa denominado Estratégia de Combate à Pobreza. Como se sabe, o combate à pobreza surge, quer no âmbito das MDG, quer da NEPAD e quer da SADC. Relativamente a SADC, importa referir que a própria União africana elegeu as Comunidades Económicas Regionais como sendo fundamentais na implementação dos objectivos da NEPAD.

Deste modo, o combate à pobreza é para a NEPAD uma estratégia vital para afirmação do continente africano no contexto mundial e para a redução das disparidades existentes entre África e o mundo desenvolvido. E, outrossim, o programa da NEPAD estabelece a necessidade de assegurar o cumprimento das Metas do Milénio com vista à redução da pobreza e da desigualdade e à promoção do crescimento e desenvolvimento económico em África.⁵²

Ao nível regional da SADC, a erradicação da pobreza constitui o seu objectivo central. Para a efectivação deste desafio, a SADC criou em 2003, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), e identifica estratégias de intervenção que incluem, nomeadamente: a redistribuição dos activos naturais, a construção e manutenção de infra-estruturas, a promoção do conhecimento e dos cuidados de saúde e a expansão dos mercados regionais e a promoção do investimento de forma a estimular o crescimento económico, e a criação de oportunidades de emprego para os pobres.⁵³

Assim, Angola define o aprofundamento da integração na regional Austral como sendo a chave fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, aproveitando desta feita as vantagens comparativas de Angola dentro da SADC. Porquanto, o Governo de Angola vê na SADC como um mercado que lhe permite aceder e explorar as suas oportunidades, pois, Angola almeja usufruir desse mercado mais alargado para introduzir os seus produtos e beneficiar das economias de escala, na medida em que Angola considera a SADC como um ponto de entrada para diversificar a sua economia baseada no petróleo.

⁵² ANGOLA, “Estratégia de Combate à Pobreza”: Reinserção Social, Reabilitação e Reconciliação e Estabilização Económica, Luanda, Ministério do Planeamento, (2003), p. 1.

⁵³ SADC. “Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)”, 25 de Março de 2003.

Neste particular, no plano nacional, a ECP surge como a resposta do Governo ao problema da pobreza, que é ainda extremamente grave em Angola, colocando-o desde sempre entre os dez últimos do mundo.

Como frisou Ana Dias Lourenço.

“Um dos desafios mais incisivos desta nova parceria africana para o desenvolvimento (NEPAD) é a redução da pobreza absoluta em mais de 50% até 2015. Um desafio que nos interessa particularmente conhecidas que são as elevadas taxas de pobreza no nosso país”⁵⁴.

Neste particular o Governo de Angola projectou reduzir substancialmente a incidência da pobreza, até nos próximos 15 anos, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com o programa da NEPAD e da SADC, uma redução em 50 % da proporção da população com menos de um dólar diário até 2015. O cumprimento desta meta exigirá um esforço contínuo e vigoroso da parte do Governo e de todos os parceiros da sociedade angolana. A comunidade internacional terá também um importante papel a jogar na partilha de conhecimento e no colmatar das lacunas de financiamento de um programa tão vasto como urgente.⁵⁵

De referir que a Estratégia do Combate à Pobreza consta do Programa do Governo de 2003-2004. Desde essa altura o Governo tem implementado tal projecto, que se reflecte nos objectivos centrais do Governo para a prossecução dos desideratos da NEPAD. Por exemplo, desde essa altura, o Estado angolano empenhou-se na consolidação do processo de paz, na manutenção do funcionamento da administração do Estado em todo o território nacional, na extensão dos serviços básicos de saúde e de educação, em especial aos mais carenciados e na reabilitação das infra-estruturas económicas de base.

⁵⁴ LOURENÇO, Ana Dias. Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].

⁵⁵ ANGOLA, “Estratégia de Combate à Pobreza”: Reinserção Social, Reabilitação e Reconciliação e Estabilização Económica, Luanda, Ministério do Planeamento, (2003), p. 2.

Nisto, o Governo identificou dez áreas de intervenção prioritária como estratégia de combate á pobreza, nomeadamente: (i) a Reinserção Social; (ii) a Segurança e Protecção Civil; (iii) a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; (iv) o VIH/SIDA, (v) a Educação; (vi) a Saúde, (vii) as Infra-estruturas Básicas; (viii) o Emprego e Formação Profissional (ix) a Governação; e (x) a Gestão Macro-económica.⁵⁶

No que toca à reinserção social a acção do Governo visa criar condições para a fixação dos desmobilizados, deslocados e refugiados em suas áreas de origem, ou em áreas determinadas como mais apropriadas, e promover a dinamização económica, social e cultural destes locais.

No concernente à segurança e protecção do cidadão, o Governo desenvolverá a actividade de desactivação das minas e outros engenhos explosivos que estejam espalhados pelo território nacional com vista a permitir a total liberdade de circulação de pessoas e bens, em particular, no meio rural que foi mais duramente afectado pelo conflito armado e que constitui um dos principais destinos das populações deslocadas.

Quanto à segurança alimentar e o desenvolvimento rural, o propósito é revitalização da economia rural, que deverá ajudar a fixar a população no campo e conduzir, progressivamente, a uma redução da dependência de produtos agrícolas provenientes do exterior. Aliás, a ECP considera o sector rural como uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, dado o seu potencial de criação de emprego e de geração de rendimento no sector familiar e a sua vital importância para a redução da dependência comercial e, conseqüentemente, da vulnerabilidade do mercado interno.⁵⁷

No concernente à educação, os objectivos principais incluem o alcance de educação básica universal e a erradicação do analfabetismo, de forma a garantir que toda a população tenha oportunidade de desenvolver as capacidades mínimas para combater a pobreza.

⁵⁶ ANGOLA, op. cit., (2003), p. 2.

⁵⁷ Ibidem.

No que toca ao HIV/SIDA, os objectivos centrais deste programa são: fortalecer a capacidade de resposta nacional para o combate à epidemia; conter a tendência de transmissão do VIH através do reforço da prevenção; e atenuar o impacto socioeconómico do VIH/SIDA no indivíduo, família e comunidade.⁵⁸

Para a área de saúde em geral os principais objectivos são garantir a prestação dos serviços básicos de saúde, com a qualidade necessária, a toda a população, tendo como principais grupos-alvo as mulheres e crianças. E ainda, desenvolver esforços de prevenção e combate das grandes endemias (malária, tuberculose, tripanossomíase) e da pandemia do VIH/SIDA, que afecta gravemente o espaço regional austral.⁵⁹

A ECP considera que o desenvolvimento das infra-estruturas básicas é fundamental para assegurar as condições básicas de habitabilidade a toda a população e para criar as condições de base ao processo de crescimento económico. As acções em torno desta área visam os seguintes objectivos: melhoramento da rede de estradas, sobretudo as que dão acesso às zonas rurais; provisão de água, saneamento e energia; construção de habitação social para as famílias vivendo em condições habitacionais precárias, no espaço urbano e rural, dando-lhes as condições necessárias para uma vida condigna.

O emprego e formação profissional jogam um papel essencial na diminuição dos Índices de pobreza dado que contribuem directamente para o exercício de actividades geradoras de rendimento, que contribuem para o sustento do indivíduo e da sua família, e promovem a valorização do capital humano nacional que é o sustento de um crescimento económico sustentável.

No que diz respeito à governação, o presente programa inclui políticas para promover a boa governação de várias formas, incluindo: o reforço da capacidade e eficiência do sistema judiciário, protegendo os direitos e liberdades dos cidadãos e impondo o cumprimento dos contratos; a reforma das instituições públicas para melhor responderem às necessidades da população, iniciando a simplificação de

⁵⁸ ANGOLA, op. cit., (2003), p. 20.

⁵⁹ Idem, p.3.

procedimentos burocráticos; a descentralização e desconcentração da administração pública para níveis próximos das comunidades; e a modernização dos processos de planeamento e de gestão das finanças públicas.

Finalmente, no que toca à gestão macro económica, as acções do Governo angolano visam baixar a taxa de inflação, garantir a estabilidade macro-económica (baixar a inflação, taxas de juro e de câmbio).

CAPÍTULO 2 – MEDIDAS E INDICADORES DOS OBJECTIVOS DA NEPAD

Os desafios a que a África se propõe responder, através da NEPAD, são essencialmente a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento socioeconómico em especial, por meio da democracia e da boa governação. Assim, os aspectos que norteiam a realização da NEPAD são a democracia e boa governação política, económico e social, bem como o desenvolvimento socioeconómico. A partir destes objectivos centrais surgem outros mais específicos, dos quais se fazem medições tendo em conta alguns indicadores.

Para o presente estudo vão ser destacados os objectivos sobre a governança, transparência, corrupção, pobreza e desenvolvimento socioeconómico.

2.1 Governação

A governação pode ser política e económica. Para a NEPAD a democracia, juntamente com a boa governação é a condição essencial para o desenvolvimento sustentável ou duradouro.

A boa governação política traduz-se por eleições livres e justas, pela presença efectiva de instituições democráticas, pelo respeito aos direitos humanos e pela transparência na gestão dos bens públicos. Por outras palavras, existe boa governação, quando há o respeito pelo princípio de separação e interdependência de poderes, pelas regras democráticas de alternância política e pela gestão eficiente e eficaz dos bens públicos.

Governação é um termo que deriva de governo, e tem múltiplas interpretações, dependendo do enfoque. Contudo, de acordo com o Banco Mundial, em seu documento *Governance and Development*, de 1992, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de

um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”⁶⁰.

Para o Banco Mundial a boa governação é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento económico equidade social e também direitos humanos⁶¹.

Para Rosenau:

*“governação é um fenómeno mais amplo que governo, abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de carácter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”*⁶²

Como se pode ver, para este autor a governança engloba as instituições governativas, a acção governativa e a sociedade civil. Há governança política quando há maiores espaços de participação e influência. A governança corresponde à acção conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns.

A amplitude do conceito governança faz com que o mesmo se estenda para a governança corporativa das empresas, que é o conjunto de processos, regulamentos, decisões, costumes, ideias que mostram a maneira pela qual é dirigida ou administrada uma determinada empresa ou sociedade.⁶³

O princípio da boa governação emerge da doutrina contratualista (contrato social), que defende como função do Estado garantir a felicidade do seu povo, sendo

⁶⁰ Banco Mundial, citado por DINIZ, Eli. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3, (1995), p. 400.

⁶¹ SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 3, 1997, pp. 340-341.

⁶² ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial” In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernest-Otto. Governança sem Governo: Ordem e Transformação Política Mundial, Brasília, Ed. Unb, (2000), pp. 15-16.

⁶³ Governança corporativa. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a_corporativa. Acesso a 3, mar. 2013.

esta possível se a soberania e o poder for o produto da somatória de parcelas individuais de soberanias concedidas pelos seus cidadãos.⁶⁴

A boa governação tem como indicadores: a garantia de segurança, o império da lei, a transparência e o combate à corrupção, a cidadania activa e o respeito pelos direitos humanos, a criação de oportunidades económicas sustentáveis e a promoção do desenvolvimento humano⁶⁵.

Para se fazer a medição do indicador de segurança de um determinado país, usam-se entre outros, as estatísticas de refugiados e de solicitante de asilo proporcionadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiados (ACNUR). Para o primado da lei, transparência e corrupção, usam-se as informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR). Para cidadania e direitos humanos, os relatórios sobre os direitos humanos. Para as garantias de oportunidades económicas sustentáveis, os dados do BM e do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD). E sobre o desenvolvimento humano, os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (RDHPNUD)⁶⁶

É importante ainda frisar que no quadro da NEPAD, o objectivo da democracia e boa governação compreende outros objectivos específicos, tais como: 1º) Democracia Constitucional, incluindo eleições competitivas periódicas e supremacia da Constituição e da lei; 2º) Promoção e protecção dos direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos; 3º) Separação dos poderes e independência dos órgãos de justiça; e 4º) a luta contra a corrupção política.

Para o primeiro objectivo tem-se como indicadores: a eficiência das instituições democráticas e de aplicação da lei; independência e eficiência da Comissão eleitoral de assegurar eleições justas e livres; existência de associações e

⁶⁴ SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. *In*: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 3, 1997, pp. 340-341.

⁶⁵ MARP-NEPAD. Objectivos, Normas, Critérios e Indicadores para o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (“O MAAP”). 9 March (2003). *In*: http://www.eisa.org.za/aprm/pdf/MARP_Objectivos.pdf.

⁶⁶ Idem.

organizações da sociedade civil activa e ONG's, e de uma imprensa plural e independente.

Para o segundo, são indicadores a existência de instituições do Estado sobre os direitos humanos e organizações da sociedade civil que promovam tais direitos; pois, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948, por exemplo, os direitos económicos e sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos: direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do membro de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas) e o direito à educação, vide artigos 6º e 7º, do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais⁶⁷. Todos esses são considerados direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo. Com variações, esses direitos foram incorporados, isto é, inscritos no correr deste século, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nas constituições ou na lei de quase todos os Estados do mundo. Neste particular, as acções dos Estados, são necessárias para criar essas condições, e devem ser tomadas a nível nacional e internacional. Além disso, os Estados são instados pelo artigo 6, parágrafo 3⁶⁸, a tomar medidas “para eliminar obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos políticos e civis, bem como direitos económicos, sociais e culturais”, porque a implementação, promoção e protecção desses direitos seriam essenciais para a realização do direito ao desenvolvimento, pois, “todos os direitos humanos e liberdades individuais são indivisíveis e inter-dependentes”. Assim, os governos são obrigados a produzir, de forma regular, relatórios sobre os direitos humanos; e a condição geral dos direitos humanos no país.

Para o terceiro objectivo, tem-se com indicadores: confiança da população na justiça; a nomeação de juízes através do Conselho da magistratura; e existência de

⁶⁷ ONU, Carta Internacional dos Direitos Humanos, Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966.

⁶⁸ Idem.

comissões parlamentares para a fiscalização dos órgãos de justiça. E para o quarto objectivo, tem-se como indicador: a legislação para combater a corrupção.⁶⁹

A governança não é só política, é também económica. A boa gestão e governança económicas no quadro da NEPAD é uma condição essencial para promover o crescimento económico e reduzir a pobreza. A governança económica tem como objectivos: 1º) promover as políticas macroeconómicas que mantenham um desenvolvimento sustentável; 2º) executar as políticas económicas, transparentes, sistemáticas e confiáveis do Governo, e promover uma boa gestão financeira pública; e 3º) Combater a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Para o primeiro objectivo, tem-se como indicadores: medidas de boa gestão macroeconómica (déficit orçamental em relação ao PIB e sua sustentabilidade, receita em relação ao PIB, taxa de inflação, dívida pública em relação ao PIB e sua sustentabilidade) e impactos positivos sobre o desenvolvimento socioeconómico. Para o segundo objectivo tem-se como indicadores: a autonomia e a eficiência do órgão nacional de auditoria; um processo de orçamento confiável e seguro; a preparação e publicação dos relatórios financeiros provisórios; e a autonomia do Banco Central. E para o terceiro objectivo, tem-se: a ratificação e implementação dos códigos contra a corrupção; promulgação das leis contra corrupção e lavagem de dinheiro; e existência de instituições de provedoria de justiça.⁷⁰

2.2 Transparência e Corrupção

A boa governança, além do exposto, exige o princípio da transparência. O que significa que todas as acções do executivo devem ser passada ao público, bem como os detentores de cargos públicos e governativos devem declarar os seus bens e negócios para conhecimento do cidadão.

⁶⁹ MARP-NEPAD, op. cit. 9 March (2003).

⁷⁰ Idem.

Este objectivo tem como indicador: a existência de mecanismo legal e administrativo com vista a divulgar as acções do executivo e de todas as instituições e empresas públicas.⁷¹

A expressão corrupção deriva do latim *corruptio*, que significa corromper, ou decomposição, putrefação, depravação, desmoralização, devassidão e suborno. Assim, a corrupção tanto pode indicar a ideia de destruição como a de mera degradação, ocasião em que assumira uma perspectiva natural, como acontecimento efectivamente verificado na realidade fenoménica, ou meramente valorativa.⁷²

O conceito de corrupção é amplo. Inclui as práticas de suborno, a fraude, a apropriação indevida dos bens públicos, ou qualquer outro desvio de recursos por parte de um funcionário público. Além disso, pode envolver casos de nepotismo, extorsão, tráfico de influência, utilização de informação privilegiada para fins pessoais e a compra e vendas de sentenças judiciais, entre diversas outras práticas. Ela acontece quando há ineficiência estatal quer seja na esfera legislativa, administrativa e jurisdicional.⁷³

A corrupção afecta negativamente na qualidade de vida da população, atrasa o desenvolvimento económico e contribui para a instabilidade política. Devido a este mal que afecta todo o mundo, corroendo as instituições democráticas, a Assembleia-Geral das ONU aprovou, em 29 de Setembro de 2003, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

2.3 Pobreza

São várias as concepções de pobreza. Ela pode ser definida como falta de condições de sobrevivência ou como incapacidade de satisfação das necessidades básicas como alimentação, vestuário, habitação, saneamento básico, saúde e educação.

⁷¹ MARP-NEPAD, op. cit. 9 March (2003).

⁷² FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. “Corrupção e Democracia”. In: ZILVETI, Fernando Aurelio & LOPES, Silva. O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política, São Paulo, Atlas, (2004), p. 18.

⁷³ Ibidem.

À luz da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) para Angola, define-se pobreza como:

“a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas da sociedade. É qualificado como pobre aquele que possui más condições materiais de vida, que se reflectem na dieta alimentar, na forma de vestir, nas condições habitacionais, no acesso a assistência sanitária e nas condições de emprego.”⁷⁴

Ainda segundo o mesmo documento, além deste conceito baseado em aspectos materiais, define-se também pobreza como sendo:

“a falta de capacidades humanas básicas, reflectidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infra-estruturas necessárias para satisfazer necessidades básicas (saneamento, água potável, energia, comunicações) e, mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania.”⁷⁵

De acordo com Amartya Sen, a pobreza é a privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas um rendimento inferior a um certo limite padronizado⁷⁶. É também nesta linha que Costa define a pobreza como uma “situação de privação resultante de falta de recursos.”⁷⁷ Recursos estes que podem ser materiais (económicos) e imateriais (intelectuais e humanos).

Como indicadores da luta contra a pobreza, tem-se: o índice de desemprego (principalmente prolongado); nível de segurança alimentar; índice do desenvolvimento humano; as metas do desenvolvimento do milénio; a população debaixo da linha da pobreza (menos de 1 dólar diário)⁷⁸.

⁷⁴ ANGOLA, Estratégia de Combate a Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilidade Económica, Luanda: Ministério do Planeamento – Edição Revista, (2005), p. 18.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Citado por CRESPO, Antônio Pedro Albernaz e GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um Fenómeno Multidimensional, RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. In: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>

⁷⁷ COSTA, Alfredo Bruto da. Exclusões Sociais, Lisboa, Gradiva, (1998), p. 13.

⁷⁸ MARP-NEPAD, op.cit. 9 March (2003).

CAPÍTULO 3 – VISÃO CRÍTICA SOBRE A NEPAD

3.1. O Neoliberalismo e a NEPAD

A visão da NEPAD sobre o desenvolvimento em África não é fácil de entrever, pois a NEPAD não distingue claramente os seus meios e seus fins nem oferece uma descrição detalhada do destino que propõe para o continente. Não obstante esta dificuldade uma das críticas mais comuns feita à NEPAD está relacionada com o facto desta seguir uma agenda neoliberal.

Como argumenta Slater, (1993:97-99) *apud* Mathews⁷⁹ a ideologia económica neoliberal, como todas as ideologias económicas, sugere uma concepção particular do indivíduo, neste caso é a do "homem do mercado": um consumidor que revela apatia para assuntos públicos e cinismo em relação à política. Já Preston (1996:22) *apud* Mathews, chama atenção para o facto de que a perspectiva neoliberal faz com que as pessoas bem como os consumidores ajam de acordo com os seus desejos egoístas. Por essa razão o neoliberalismo não consegue propor explicitamente uma visão particular do futuro. Por outro lado a sua compreensão da natureza humana coloca interrogações sobre verosimilhança da ideia de futuro de uma estratégia económica neoliberal.

Neste particular, no dizer de Mathews, a visão de futuro baseada em uma compreensão neoliberal da natureza humana é limitada, pois, nela não imagina que os seres humanos transcendam suas naturezas egoístas e ajam altruisticamente. A economia neoliberal vê o mercado como sendo o instrumento mais capaz de proporcionar a satisfação dos interesses individuais, o que sugere que os seres humanos não têm interesses significativos fora aqueles que podem ser satisfeitos através do consumo de bens fornecido pelo mercado. Como resultado, o futuro ideal,

⁷⁹ MATHEWS, Sally, Investigando Pressupostos de Desenvolvimento da NEPAD *in* Revista de Economia Política Africano Volume 31, Issue 101, 2004. Disponível em:<http://www.tandfonline.com>/acessado: 19.12.2013.

conforme previsto pelo neoliberalismo seria aquele em que os indivíduos seriam tão livres quanto possível para perseguir seus próprios interesses, que por sua vez se resumem àqueles que o mercado pode satisfazer.

Portanto, a ideologia económica neoliberal não é propícia para o florescimento de uma visão de um futuro ideal, que pressupõe comportamentos que não visem apenas a satisfação de interesses egoístas, e que consente num futuro em que as necessidades não podem ser unicamente as satisfeitas pelo mercado, devendo ser também atendidas necessidades como o sentido, Deus, amor e alegria. Além disso, o neoliberalismo tem sido associado com a ascensão da Nova Direita (Brohman, 1995:135-136) *apud* Mathews⁸⁰

Ainda para Keet (2002 *apud* Maserumule e Gutto⁸¹), a NEPAD é suave para os ouvidos do ocidente, pois, parece desviar-se dos padrões indígenas de desenvolvimento africano, voltados para dentro e centrados nos imperativos da auto-suficiência. Por isso Keet corrobora com os demais autores em considerar a NEPAD como sendo liberal, orientada para o mercado e voltada para o exterior, uma iniciativa que prevê uma integração mais profunda das economias do continente na economia mundial. Este modelo é consistente com o modelo de ajustamento do desenvolvimento que promove o princípio segundo o qual, as economias africanas sejam integradas na economia do mundo. Ora tal visão contrasta com a declaração de 1973 sobre a cooperação, desenvolvimento e imperativo da independência económica e descomprometimento gradual de África relativamente à economia global.

⁸⁰ MATHEWS, Sally, Investigando Pressupostos de Desenvolvimento da NEPAD *in* Revista de Economia Política Africano Volume 31, Issue 101, 2004. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/acessado>: 19.12.2013.

⁸¹ MASERUMULE, Mashupye Herbert e GUTO, Shadrack B. O, Uma Visão Crítica de Boa Governação e Conceitos Literários de Liderança no Contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África. *International Journal of African Renaissance Studies of South Africa Press* DOI: 10.1080/18186870902840358. IJARS-3-4 Maserumule.indd 70 2009/04/28..

Neste âmbito, uma estratégia que afirma ser parte do projecto de Renascimento Africano, tal como a NEPAD o apresenta, sobretudo, nos discursos poderosos, tanto de Thabo Mbeki como vários outros promotores da NEPAD. Depois de proclamarem um Renascimento Africano, declarando o fim da era em que os africanos fizeram-nos sentir vergonha de ser Africano, tais líderes africanos, informam os africanos que a nova África cujo nascimento eles estão proclamando, não é de facto totalmente Africana em tudo. É visível aqui a ambiguidade entre declarar um Renascimento Africano e, em seguida, sugerir que a renascença seria conseguida através da emulação do Ocidente.

África requer certamente um projecto que preveja uma mudança radical, ao invés de um projecto que pressuponha apenas algumas pequenas alterações ao actual estado de coisas. Depois de anos de estratégias de desenvolvimento que falharam em África, não pode ser negado que uma estratégia de desenvolvimento para a África deve envolver uma proposta criativa por um futuro radicalmente diferente. A escolha do neoliberalismo por parte da NEPAD, como a sua orientação ideológica, impede de fornecer essa visão imaginativa muito necessária para o futuro da África.

Os africanos são, aliás, especialmente cépticos em relação a estratégias neoliberais, pois estas já foram experimentadas e redundaram em fracasso, como os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) propostos pelo Fundo Monetário Internacional para o desenvolvimento da África na década de 1980. Para além disso, a NEPAD não teve em conta as preocupações dos críticos das estratégias económicas neoliberais, e nem sequer forneceu uma defesa adequada da sua escolha no que concerne à orientação económica.

Ademais, a NEPAD alega que ela "só será bem-sucedida se for de propriedade do povo Africano unido na sua diversidade ", admitindo, assim, que o apoio Africano difundido é vital para o sucesso da NEPAD.

3.2. As Elites Africanas e o seu posicionamento perante a NEPAD

Vários autores consideram que os líderes africanos não têm assumido um papel claro quanto ao que realmente desejam para África, pois, no dizer de Fombad

& Kebonang (2006) *apud* Bond⁸², “as elites governamentais identificam e anunciam programas tendentes atacar os problemas e, na prática fazem autenticamente outras coisas que não tem nada a ver com o que dizem. Eles se preocupam mais com a imagem pessoal criando riquezas e benefícios que visam satisfazer os interesses dos seus próximos e comparsas em detrimento dos interesses da colectividade”.

Para Ivan Taylor (2005) *apud* Bond⁸³, “a grande maioria dos chefes de Estado envolvidos na NEPAD são essencialmente líderes de regimes neopatrimonialistas que certamente não encaram o seu governo como “temporário”, nem advogam que a lei institucional deva ser transparente e responsável”. A título de exemplo, relativamente à essas posições dúbias por parte das lideranças Africanas, temos o caso do Primeiro-ministro da Etiópia Meles Zenawi, que em 2007, conforme Taylor⁸⁴, conspirou com George W. Bush para invadir a Somália uma operação que viria a provocar a morte de aproximadamente 700.000 pessoas entre combatentes e civis. De acordo com o grupo de pressão americano na Etiópia para a justiça, o governo de Zenawi criou um “Guantánamo africano” ao participar no rapto ilegal, detenção e tortura de africanos. Ora em troca pelos serviços prestados na suposta guerra contra o terrorismo, a administração Bush recompensou financeiramente e diplomaticamente o grupo do Zenawi.

Zenawi boicotou as eleições em 2005, destruiu toda a oposição, abafou a imprensa, baniu a defesa dos direitos humanos e ironizou o Estado de direito. Após as eleições, as suas tropas mataram mais de 193 pessoas que protestavam contra a fraude eleitoral, massacrou inocentes em Gambela e Ogaden, e bombardeou ainda civis na Somália em diversas ocasiões.

No entanto, Zenawi foi escolhido para ser o Presidente da NEPAD em 2007 e o Presidente do comité de chefes de Estado e Governo dos países participantes do Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAAP). No mesmo período de tempo, no início de 2009, o seu parlamento aprovava a Lei Marcial das Sociedades e

⁸² BOND, Patrick, Removendo a Máscara do Neocolonialismo do MAAP: Uma Crítica ao Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares. Boletim de Economia Política Africana. Centro para a Sociedade Civil da Universidade de Kwazulu-Natal, África do Sul, publicado online: 1.12.2009. disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/crea20>. Acessado aos 22.10.2013.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem

Associações de Beneficência. Este é um caso factual de extrema hipocrisia associado ao MAAP, que descreve a perda de moral da NEPAD.

Parece cada vez mais evidente que a crítica dura está a substituir o forte entusiasmo que esteve na base da concepção da NEPAD. De facto, a esperança originalmente levantada por este ambicioso programa parece agora estar a dissolver-se. É neste contexto que se constata que até os maiores apoiantes da NEPAD, incluindo o ex-Presidente do Senegal Abdoulaye Wade, estão a expressar publicamente as suas desconfianças e críticas sobre o êxito do programa, porque encontram grande dificuldades em explicar o que efectivamente se conseguiu com a NEPAD. Esta parceria movimentou fundos imensos para sobretudo perder tempo com conferências que quando acabam ninguém sabe dizer o que se alcançou.

Neste particular, e no dizer de Taylor, no encontro relativo ao fórum económico mundial realizado na cidade do Cabo, Wade reconheceu de forma honesta que a NEPAD nada tinha feito para ajudar os cidadãos pobres do continente. Deste modo, as incertezas relativas ao sucesso da NEPAD prevalecem, porque os próprios precursores viram as suas ideias a esmorecerem-se, conforme se pode constatar nos pronunciamentos de Wade e do próprio Mbeki, que quando forçado a abandonar o poder em Dezembro de 2008, confessou dizendo " receio que não tínhamos atingido o progresso que esperávamos.

3.3. A Relação África e Ocidente: Uma parceria Peculiar

Como sugerido por seu título, a NEPAD propõe que uma nova parceria seja forjada a fim de promover o desenvolvimento de África. O documento da NEPAD deixa claro que a parceria sugerida não é, como alguns podem ter pensado, uma parceria entre os vários Estados africanos, mas sim uma parceria de África com o resto do mundo, especialmente com o mundo industrializado. A secção VI da NEPAD, intitulada A Nova Parceria Global, fala sobre o papel que deve ser desempenhado pelos países industrializados ou desenvolvidos e pelas organizações multilaterais, que são descritos como " parceiros de desenvolvimento ". Parece que a parceria da NEPAD consiste em envolver África em parceria com a região do mundo, geralmente referida como o Ocidente.

A preocupação que se levanta é sobre a natureza dessa parceria, pois, os mentores da NEPAD fazem declarações fortes a respeito de como África deve levantar-se e tomar o controlo de seu próprio destino.

Neste particular, a NEPAD é vista como um projecto viável que requer um parceiro em vez de um doador. No entanto a dependência da NEPAD em relação à ajuda financeira do Ocidente não permite afastar a ideia de um continente africano com uma imagem de mendigo e o Ocidente com a aparência de um doador relutante. Esta percepção lança dúvidas sobre a intenção da NEPAD em transmitir a relação entre o Ocidente e África como uma de em parceiros iguais ao invés da imagem de doadores e receptores. Além disso, quando o apelo ao financiamento da parceria aparece intimamente relacionado com o desejo do receptor em se tornar mais parecido com o doador, a ideia de África e Ocidente serem parceiros iguais parece ainda menos provável. Uma relação em que uma das partes fornece o modelo que a outra parte gostaria de adoptar, e em que a primeira parte também fornece os meios para que a segunda parte possa atingir esse objectivo, não pode ser verdadeiramente considerada uma parceria, mas apenas conforme Bond, “uma parceria enganosa”⁸⁵.

⁸⁵ Ibidem.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E ACCÇÕES DA NEPAD EM ANGOLA

Angola é um país extenso, ocupando uma área de 1.246.700 Km². É um país rico em recursos naturais (fauna e flora diversificadas, rios e recursos minerais abundantes, sobressaindo-se o petróleo e os diamantes). O país está situado ao sul do continente africano, fazendo fronteira com Namíbia, Zâmbia, República Democrática do Congo e República do Congo Brazzaville.

Desde o fim da guerra civil em 2002, Angola registou um crescimento populacional de 3% anualmente, o que a coloca entre os países que mais têm crescido nos últimos anos. Só para ilustrar, no período de dez anos, isto é, de 2001 a 2011, a população angolana passou de 13.398.000 a 19.600.000 de habitantes.⁸⁶ Estes dados não diferem tanto aos dados governamentais e dos estudos internos, como é o caso do CEIC, tal como nos é dado a observar em anexo nº 1.

Estudos apontam que este contingente venha ampliar-se para 21.800.000 de habitantes, em 2015. Por outro lado a maior parte da população vive nas cidades, fruto do êxodo rural verificado nos tempos idos de guerra, como também face ao desenvolvimento urbano em termos de construções de infra-estruturas, que se registam nos últimos anos com o aparecimento de novas centralidades, sobretudo na capital do país.

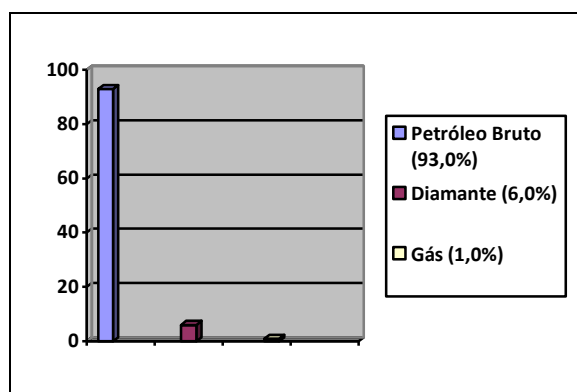
A economia do país organiza-se principalmente em torno da indústria extractiva mineral (petróleo e diamantes), correspondendo estas actividades a 80% do produto nacional. A agricultura que, em nossa opinião, é um sector que se deve ter em conta para o desenvolvimento sustentado do país, é avaliado em apenas 8,6%, em 2011, na estrutura económica do país.

Como é-nos dado a observar no gráfico nº 1 referente à estrutura das exportações de Angola em 2004, o sector petrolífero ganha terreno, cerca de 93% do

⁸⁶ PNUD, “Relatório do Desenvolvimento Humano”, (2012).

volume das exportações, seguindo-se o dos diamantes e gás num valor percentual muito baixo. As outras áreas são praticamente nulas.

Gráfico n° 1 – Estruturas das Exportações em 2004



Fonte: SADC, 2006, p. 22. Elaboração própria

Esta situação foi se alterando ao longo dos anos. Mas, deve-se ressaltar que, o valor da contribuição do sector agrícola para o PIB permaneceu quase o mesmo (8,6%) desde 2003, com excepção o ano de 2009⁸⁷, apesar de empregar mais de dois terços da população activa do país (75% da população é camponesa)⁸⁸. Isto deve-se ao facto de muitas áreas agrícolas não serem ainda acessíveis devido as minas, por um lado. Por outro lado existem poucos investimentos neste sector no que toca a tecnologias, mecanização e irrigação⁸⁹, dependendo quase exclusivamente das chuvas. De acordo com o Relatório Económico do CEIC, de 2007, o sector agrícola foi negligenciado em favor da exploração mineral, que por lei tem maior protecção. Pois, não há protecção dos rendimentos nem da produção dos agricultores, manifestada pela ausência de subsídios.⁹⁰

De acordo com os dados acima expostos referentes ao relatório económico de Angola, o sector petrolífero continua a ter um papel predominante no PIB do país. O sector transformador foi grandemente afectado pela guerra, contribuindo apenas com

⁸⁷ Estudos há que apontam uma subida de 8,6% para 11%, em 2009. Conforme se pode ver: Angola Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Luanda: Ministério do Planeamento, (2010), p. 22.

⁸⁸ SADC, (2006), p. 6.

⁸⁹ Ver: ANGOLA, Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013, (2008), p. 21.

⁹⁰ CEIC/UCAN, Relatório Económico de Angola, Luanda: UCAN, (2007), p. 10.

4,10% ao PIB. Curioso é que os sectores de energia e da água contribuem insignificativamente para o crescimento do PIB, com apenas 0,10%.⁹¹

Mesmo nos dias de hoje, os sectores de energia e da água apresentam um grande défice, apesar do potencial hidroeléctrico que o país ostenta. De reconhecer os esforços do governo nesse sentido. Pois, estão em curso os trabalhos de construção de novas barragens, além da reabilitação e aumento de capacidade das já existentes, para diminuir o atraso existente nestas áreas, como são os casos das barragens de Kapanda, do Gove, de Cambambe e das Mabubas.

Entretanto, é importante aqui referir-se que quanto à evolução do sector não petrolífero, este começou a notar progressos entre os anos de 2006 e 2010⁹². Foi, justamente, em 2006, que o Governo angolano criou novas estratégias no sentido de diversificação da economia, tendo instituído o Banco Desenvolvimento de Angola (BDA) ao abrigo do Decreto nº 37/06 de Julho de 2006, vocacionado à gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento (receitas provenientes do OGE, sendo 5% das receitas petrolíferas e 2% das receitas diamantíferas).

No período de 2006 e 2010, o sector não petrolífero cresceu, em média, 14% ao ano. Contudo, apesar disso, a economia angolana continua a ser débil, pois, ainda está muito concentrada nos produtos não renováveis, principalmente no petróleo, como se pode ver no tabela nº 1, sobre a composição do PIB de 2001 a 2011.

Tabela nº 1 - Composição do PIB em percentagens (2001 a 2011)

Sector de Actividade	Anos					
	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Agricultura, Silvicultura, pecuária e pesca	8,8%	8,0%	8,6%	8,0%	11,0%	10,1%
Indústria extractiva e transformadora	67,0%	58,0%	67,4%	64,7%	67,0%	53,7%
Serviços	25,0%	34,0%	24,0%	27,3%	22,0%	36,2%

Fonte: UCAN, Relatório Económico de Angola, 2005. Governo de Angola, Ministério das Finanças (2002, 2004, 2008, 2010, 2012). Elaboração própria..

⁹¹ CEIC/UCAN, op. cit., p. 7.

⁹² Ver anexo nº2 sobre as taxas reais do crescimento dos diversos sectores de actividade.

Fazendo uma comparação da composição do PIB do ano de 2005 e de 2009, observamos ligeiras alterações. Em 2009, o sector agrícola participou com 11%, o sector industrial com 67% e o sector dos serviços com 22% na formação do PIB. Esta evolução é, no entanto difícil de avaliar, já que poderá ter sido devida unicamente à repartição do anterior grupo “outros” entre os três sectores tradicionais.

Apesar da reduzida participação do sector agrícola no PIB, segundo os estudos da UNCTAD Statistics⁹³, este foi o único sector que denotou um crescimento, 1,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior (o sector da indústria manteve a mesma participação e o sector serviços teve uma queda de 1,1 pontos percentuais).

4.1 Governação Política

Depois da conquista da independência, o governo adoptou o sistema marxista-comunista, constituindo-se num Partido Único. Esta abordagem não foi muito bem consolidada devido à guerra civil prolongada e às novas mudanças nos sistemas políticos internacionais, dando lugar à democracia multipartidária.

Em 1992, realizaram-se as primeiras eleições gerais, que foram contestadas pela UNITA, dando lugar à guerra civil. Com a conquista da paz em 2002, foram criadas as condições para a realização das segundas eleições, que aconteceram em 2008, onde o MPLA, partido que formou o governo desde a independência, obteve uma vitória massiva com 86,8% de votos, o que lhe deu o direito de elaborar e aprovar a Constituição em 2010, com a fraca participação de outros actores políticos.

O sistema político angolano herdado de 1992 foi semi-presidencial, de pendor presidencialista, com forte concentração e centralização administrativas. Com a nova Constituição, o sistema passa para o presidencialismo. Ao nível administrativo tem havido esforços no sentido da descentralização e desconcentração administrativa e financeira. Desde 2008, alguns municípios do país constituíram-se em unidades

⁹³ UNCTAD Statistics, citado por AGÊNCIA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APXBRASIL). Angola: Perfil e Oportunidades Comerciais, (2012). In:

orçamentárias e projectou-se que até 2012 todos os municípios seriam unidades orçamentárias⁹⁴, facto que não foi concretizado.

Apesar destes esforços, Angola continua a ser um Estado altamente centralizado, onde todos os poderes, legislativo, executivo e judicial são controlados pelo Presidente da República, o que conduz a um certo autoritarismo. Em termos democráticos, de acordo com a classificação do Índice de Democracia, da Economist Intelligence Unit, está em 131º lugar, num total de 167 países.⁹⁵

A esta situação acresce que, de acordo com o Relatório da Transparência Internacional, publicado em 2008, Angola situa-se na posição 158 no índice de percepção da corrupção em um universo de 180 países⁹⁶. Já os estudos feitos pela Agência Internacional, Global Financial Integrity (GFI), sediado em Washington, aponta Angola como um dos países com maior índice de corrupção, revelando mesmo que perto de 6 biliões de dólares foram enviados ilegalmente para contas bancárias no exterior em 2009, fundos estes que provêm da produção petrolífera⁹⁷. Como se observou, esta situação azedou um pouco as relações entre Angola e os Estados Unidos, em 2010, com o caso da transferência de um valor na conta da Embaixada de Angola nos EUA, alegadamente provenientes dos fundos petrolíferos.

É importante frisar que um dos aspectos ligados à transparência tem a ver com a accountability, expressão mais propalada na gestão pública, que consiste na prestação de contas pelo uso de recursos financeiros públicos. Este facto tem sucedido, porém, sem muita clareza, sobretudo naquilo que não é cumprido.⁹⁸ Vale lembrar aqui que no período de 2009 e 2011, com uma certa regularidade, o

⁹⁴ Comunicação Pública de S. Excia Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, em alusão ao trigésimo sexto aniversário da independência nacional, 11 de nov. 2011. A projecção feita foi em função da preparação das autarquias locais previstas para 2014.

⁹⁵ JENSEN & PESTANA, op. cit., (2010), p. 9.

⁹⁶ TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI). “Relatório da Transparência Internacional”, (2008) In: <http://oplop.wordpress.com/2011/04/18/boletim>. Acesso a 21 de set. 2011. A Transparency International (TI), segundo os próprios estatutos, é uma ONG internacional que lidera a luta contra a corrupção. A missão da TI é estimular mudanças em direcção a um mundo livre de corrupção. Utiliza duas medidas de dados: Índice de Percepções da Corrupção (a medida mais conhecida e utilizada de medição da corrupção em pesquisas científicas) e Índice de Países Corruptores organizados do menos corrupto (1.º Lugar) para o mais corrupto (180.º). Ver em <http://www.transparency.org/publications/publications>.

⁹⁷ TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI). op. cit., ibidem.

⁹⁸ CEIC/UAN, Relatório Económico de Angola 2007, Luanda: UAN, (2008), p. 8.

Executivo concedia uma conferência de imprensa, para apresentar o balanço económico trimestral e da execução orçamentária do Estado, para além das informações feitas à Assembleia Nacional quando chamados.

E ainda observa-se uma fraca capacidade da Administração Pública, sendo minada pela corrupção, que se acentuou devido “à abundância relativa de recursos financeiros, à falta de organização, planeamento e programação na sua utilização racional e à carência generalizada de fiscalização”⁹⁹.

A corrupção é uma situação que é reconhecida pelo próprio Governo angolano, na pessoa do Chefe Estado, como ‘o pior mal depois da guerra’ e que, por conseguinte, deve ser combatida. É assim que em face desta situação e em decorrência dos desvios de fundos em algumas instituições Estatais e as transferências ilícitas de dinheiro verificadas no Banco Nacional de Angola (BNA), em 2009, foi decretada pelo Presidente da República de Angola a “Tolerância Zero contra a Corrupção”, a 21 de Novembro do mesmo ano. Foi em função desse cenário que surgiu, em 2010, a Lei da Probidade Pública – Lei nº 3/10 de 29 de Março, com o objectivo de disciplinar o comportamento dos agentes públicos.

Vale aqui sublinhar que as acções do Estado angolano contra a corrupção, reconhecida como um mal que afecta todas as sociedade, não é de hoje. Já na década de 1990, ao abrigo da Lei nº 3/96 de 5 de Abril, a Assembleia Nacional cria a Alta Autoridade Contra a Corrupção. Lamentavelmente é que até agora ela não foi regulamentada, o que a torna ineficaz. Parece ser o mesmo destino relativamente à recente lei, a Lei da Probidade Pública.

Em função das monitorias do BM e do FMI, Angola foi evoluindo no que toca às reformas da Administração Pública (AP) e da Gestão das Finanças Públicas (GFP), iniciadas em 2002, acompanhadas, obviamente, com a introdução de novos aspectos legislativos, como é o caso da Lei das Infracções contra a Economia (Lei nº 13/03 de 10 de Junho¹⁰⁰).

⁹⁹ CEIC/UAN, op. cit., (2008), p. 13.

¹⁰⁰ Esta lei é derogatória da Lei n.º 6/99, de 3 de Setembro. Lei das Infracções contra a Economia. – Revoga os artigos 17.º a 50.º da Lei n.º 6/99 de 3 de Setembro.

Ainda no campo legislativo, surgiram no biénio 2005/2006 três resoluções que espelham inequivocamente os esforços do Estado angolano face a corrupção, que são: Resolução nº 38/05 de 8 de Agosto, do Conselho de Ministro, que aprova o Protocolo da SADC ‘Contra a Corrupção’; Resolução nº 20/06 de 23 de Junho, da Assembleia Nacional, que aprova, para adesão, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção; e, finalmente, a Resolução nº 27/06 de 14 de Agosto, da Assembleia Nacional, que aprova, para ratificação, a Convenção da União Africana sobre Prevenção e o Combate à Corrupção.

Uma outra forma de manifestação da vontade de mudar esse estado de coisas, foi a adesão de Angola ao Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAAP), em 2004, uma vez que o próprio NEPAD, além dos conflitos inter e intra-estados, combate à corrupção, e promove a estabilidade política, a transparência e boa governação. Neste âmbito, o Governo angolano criou uma Comissão Interministerial para as negociações e monitorização do desempenho de Angola face ao NEPAD.

No concernente à reforma da gestão de finanças pública (GFP), esta consistiu num Programa de Modernização de Finanças Públicas (PMFP), cujo objectivo foi o de melhorar a capacidade institucional do Ministério das Finanças, tendo sido executada com êxito através de um plano para a introdução de um sistema de informação de gestão financeira integrado. Com isso, e face a Revisão da Gestão das Despesas Públicas e Responsabilização Financeira lançada pelo BM, extinguiu-se com a natureza dupla da GFP em Angola, isto é, as receitas fiscais eram registadas pelo Ministério das Finanças, enquanto as receitas petrolíferas, pela Sonangol.¹⁰¹ Esta reforma visa, sobretudo, garantir a transparência na gestão financeira.

E ainda, no que toca à transparência, o Governo angolano implementou várias reformas no campo económico, tais como: a unificação do orçamento, o estabelecimento de uma conta única de tesouro no BNA, a publicação de um estudo diagnóstico do petróleo, a divulgação de dados das receitas do petróleo no *site* do Ministério das Finanças, a realização de auditorias externas e a compilação dos dados

¹⁰¹ Ver: ANGOLA, Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013, (2008), p. 18.

generalizados sobre a dívida externa¹⁰². Em função destas reformas, o então Ministro das Finanças de Angola, o Dr. José Pedro de Moraes Júnior, foi agraciado, em 2007, com o prémio de melhor Ministro africano das Finanças, no domínio da transparência e regularização das Contas Públicas. Mas, apesar disso, de acordo com o CEIC, “Angola ainda integra o Índice da falta de accountability”¹⁰³.

A par disso, o Tribunal de Contas que surgiu em 2001, aparece na esteira da transparência para disciplinar o emprego do OGE pelas instituições do Estado. O problema é que ao longo destes anos, o Tribunal de Contas ainda não mostrou capacidade de funcionar de modo independente, tal como é reclamada com outras instituições judiciais angolanas, pelo facto de os seus dirigentes, além de serem nomeados pelo Presidente da República e Chefe do Executivo, têm ligações ao partido que governa, mesmo que de forma velada.

É assim que algumas organizações da Sociedade Civil, como é o caso da Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), afecto à Igreja Católica, têm vindo a reclamar sobre o deficiente sistema judiciário angolano pelo seu carácter excessivo de subserviência política.¹⁰⁴

Relativamente a este *handcap*, o Executivo angolano tem vindo a implementar reformas no sistema judiciário Angolano, desde 2008, tendo sido reforçada com a nova Constituição da República de Angola. Esta reforma consiste na reestruturação e organização dos tribunais, que, obviamente, é acompanhada pela formação e capacitação de juízes, conforme advoga Onofre dos Santos, Conselheiro do Tribunal Constitucional de Angola.¹⁰⁵

Outras iniciativas do Governo a favor da transparência, dignas de realce, são a participação na Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa, tendo organizado

¹⁰² Ibidem, p. 18.

¹⁰³ CEIC/UAN, Relatório Económico de Angola 2007, Luanda: UAN, (2008), p. 8.

¹⁰⁴ Sobre este aspecto conferir a Entrevista concedida por António Ventura ao Jornal O País relativamente ao sistema judicial propostos pelos três Projectos Constituintes (A, B e C), a 11 de Dezembro de 2009. Conferir também o Relatório sobre os Direitos Humanos e a Administração da Justiça Penal em Angola, 13 mar. 2010; Debate da Rádio Ecclesia, Sábado, 10 de Janeiro de 2009 e Quintas de debate: Apresentação da AJPD no Encontro, 28 fev. 2012.

¹⁰⁵ SANTOS, Onofre dos. Reforma Judiciária em Angola. Comunicação apresentada na Conferência sobre os Direitos Humanos, Luanda, 11 maio 2012.

a primeira Conferência Internacional sobre a gestão das receitas petrolíferas, em Maio de 2006; e a aplicação do certificado de origem para as exportações de diamantes. E ainda, na sequência do processo de Kimberley, comprometeu-se a combater a prospecção clandestina e rever a sua legislação mineira¹⁰⁶.

Contudo, apesar de estas iniciativas sobre a transparência e, claro, contra a corrupção, ainda pairam algumas reticências sobre o processo de privatização de algumas empresas públicas, muitas vezes sem concurso público ou com o concurso pouco transparente, como são os casos da Cimangola (Empresa de Cimentos de Angola) e da Movicel (Empresa de Telefonía Móvel da Angola Telecom), só para citar. O mesmo acontece com a gestão pouco transparente das famosas linhas de crédito da China, avaliadas, inicialmente, na ordem de 12,5 biliões de dólares norte americanos. Apesar de responder ao projecto nacional de reconstrução nacional sob a gestão do Gabinete de Reconstrução Nacional, e serem visíveis a implementação dos projectos do Estado no que toca à construção de infra-estruturas (estradas e novas centralidades urbanas), não se tem informações sobre o relatório da aplicação desses fundos¹⁰⁷. O que nos leva a aferir que este organismo, se tem prestado contas, é a si mesmo.

Um outro aspecto importante na análise da governança política, sobretudo num país heterogéneo, quer geografica quer culturalmente, como Angola, é a forma como é feita a distribuição do rendimento.

No respeitante à alocação de fundos, ou seja, à distribuição das despesas por localidades, há uma diferença abismal entre as despesas das estruturas centrais ou ministeriais sediadas em Luanda e das províncias como se observa na tabela nº 2, que se segue:

¹⁰⁶ Ver: ANGOLA, Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013, (2008), p. 18.

¹⁰⁷ Esta é uma das denúncias sobre a transparência e corrupção do jornalista e activista dos direitos humanos, Rafael Marques de Morais.

Tabela nº 2 – Distribuição das despesas por localidades (2001-2005)

Anos \ Áreas	2001	2002	2003	2004	2005
Estruturas centrais	84,28	86,91	89,25	84,46	84,75
Luanda	4,84	3,37	2,47	4,46	3,96
Cabinda	2,22	1,35	1,03	0,69	1,33
Benguela	1,54	1,39	1,11	1,75	1,71
Restantes províncias	7,12	6,98	6,14	8,64	8,25

Fonte: UNCDF e PNUD (2006), com adaptação do último item.

Como é dado a observar, durante os cinco anos as estruturas centrais realizaram a maior despesa. Ao nível das localidades, Luanda teve a maior despesa, seguido de Cabinda e Benguela, de acordo com as receitas contributivas. Isto mostra claramente que os gastos de investimentos são mais focalizados no centro que na periferia, ou seja, no litoral que no interior.

Esta realidade praticamente não mudou até aos dias de hoje. Desta feita, o CEIC observa que a actividade económica do país está excessivamente concentrada em Luanda, sendo avaliada estatisticamente em 75% da actividade industrial, 65% da actividade comercial e 90% da actividade financeira e bancária.¹⁰⁸

Esta postura de preferencialmente desenvolver os centros urbanos, com maior incidência no litoral, tem desincentivado o desenvolvimento das zonas rurais. Mesmo nas zonas periurbanas as condições de vida das populações são mais críticas, com o agravante de possuírem o baixo rendimento. Por exemplo, a água e a energia eléctrica, além do seu défice, chegam a ser mais caros que no centro da cidade. Por exemplo, em certas zonas da periferia urbana de Luanda, um bidão de 20 litros de água chega a custar 50 Kwanzas, e nos períodos chuvosos, 100 Kwanzas. Já os tanques de água de 10 a 12 mil litros, custam 12 e 15 mil Kwanzas, respectivamente, o que também se tem agravado na época chuvosa. A venda de água em bidões é facto nas periferias da cidade de Luanda, tal como nos é ilustrado na foto nº 1 em anexos.

Outro aspecto de governança com vista ao desenvolvimento da população, tem a ver com a afectação dos recursos financeiros aos sectores sociais. Neste aspecto, apesar de haver uma evolução em relação ao total das despesas públicas, de

¹⁰⁸ CEIC/UCAN, “Relatório Económico de Angola 2007”, Luanda: UCAN, (2008), p. 23.

17,1%, em 2001, a 31,6% , em 2009, segundo os Relatórios de Execução Orçamental de 2006 a 2009¹⁰⁹, ainda é insuficiente para responder às reais necessidades básicas das populações. Para dizer ainda que não se conheceram resultados concretos sobre a melhoria das condições de vida das populações mais carenciadas.

E ainda no atinente à alocação de fundos, as políticas governamentais tendem, até nos dias de hoje, a negligenciar as áreas de desenvolvimento social e humano. Como é o caso das cifras das despesas públicas em 2011 relativamente aos sectores da saúde, educação e agricultura, onde foram fixadas em cerca de 5%, 8,2% e 1,41%, respectivamente¹¹⁰.

Na senda da consolidação da democracia, em 2012, realizaram-se as eleições gerais (parlamentares e presidenciais), agora, sob o esteio da nova constituição, a Constituição da República de Angola de 2010, onde elege-se para a presidência o cabeça de lista do partido que vence as eleições. Assim, destas eleições saíram vitoriosos o Partido MPLA e o seu Presidente, José Eduardo dos Santos. Para dizer que, com essas eleições, se mostrou claramente o novo rumo democrático que Angola pretende escrever, o da regularidade dos processos eleitorais no país.

Ainda no campo da governação política, importa analisar a igualdade do género na vida socioeconómica e política. No caso de Angola, o número de mulheres a participar na governação passou de 32%, em 2000, para 36% em 2012¹¹¹. Apesar desta subida, o emponderamento das mulheres é ainda reclamada pelas mulheres, uma vez que são a maioria no país, tendo em conta o registo eleitoral de 2012.

¹⁰⁹ Ver anexo nº 3 sobre a afectação orçamental aos sectores sociais.

¹¹⁰ Ver GERVIZ , Violeta, Resumo do Relatório Económico de Angola do ano de 2011, 6 de Junho de 2012,. In: <http://www.formpro-angola.org/pt/article/178.resumo-do-relatorio-economico-de-angola-do-ano-de-2011-html>.

¹¹¹ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), pp. 36-37.

4.2 Governação Económica

Para análise da gestão macro-económica, apresentou-se a taxa de crescimento económico e seu reflexo no índice do desenvolvimento humano.

Tabela nº 3 – Índice do IDH, PIB per capita (em usd), e taxa de crescimento do PIB (2001-2012)

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IDH	0,377	0,381	0,439	0,439	0,446	0,484	0,564	0,446	0,008	0,403	0,483	0,508
Posição do IH	164	166	160	161	162	162	143	166	–	146	148	148
PIB per capita	2,040	2,130	2,344	2,150	2,063	2,780	3,390,9	4707,4	3900	–	–	–
T/C PIB (%)	–	14,4	3,4	11,7	18,0	16,2	20,5	13,3	2,4	3,4	3,5	8,2
T/Inflação (%)	–	–	–	–	23,0	13,3	12,2	12,9	13,7	14,5	13,3	10

Fonte: AFD (2006), citado por Oliveira (2010, p. 29); INE, BNA e www.minfin.gv.ao.

Como se observa na tabela nº 3, a economia angolana cresceu bastante no período de 2002 a 2008, fruto dos altos preços do petróleo no mercado internacional, e também da implementação das políticas de estabilização macroeconómica. Até essa altura foi considerada inclusivamente uma das economias que mais crescia no mundo. Contudo, a crise económica e financeira mundial de 2009 afectou fortemente a economia angolana muito dependente dos mercados externos caindo a taxa de crescimento anual do PIB para 2,4%, recuperando esta em 2010 para 3,4%.

De acordo com as metas da convergência macroeconómica do Governo angolano ao nível da SADC, pretendia-se que o crescimento, para o período entre 2007 e 2010 fosse de 7% em média, sendo o mesmo valor projectado para o período de 2012 e 2018¹¹². Já depois de iniciada a recessão mundial, as previsões oficiais apontavam para uma taxa de crescimento 7,6% para 2011, tendo esta sido posteriormente ajustada para 3,7%.

Segundo a então ministra do planeamento, Ana Dias Lourenço, a taxa média de crescimento do PIB, entre 2002 e 2010, foi de 12,1%, já contabilizados os efeitos de atenuação ocorridos em 2009; e a taxa média anual de variação do PIB foi de

¹¹² SADC, 2006.

14,7%. E acrescenta que a taxa média de variação do IDH de acordo com os dados de 2008, foi praticamente de 5% em média anual.

Na senda da evolução económica, observou-se que em 2012, o PIB cresceu na ordem de 8,2%. De acordo com o FMI, a economia angolana cresceu 6,9%, em 2012, comparando com os anos anteriores¹¹³. Este dado é interessante, uma vez que está muito próximo ao objectivo da NEPAD o de promover o crescimento do PIB acima dos 7% anuais.

Na verdade, em função da evolução do mercado petrolífero internacional, a economia angolana está a crescer. Contudo, o reflexo do crescimento económico ao nível das populações é ainda muito insignificante, tendo em conta às posições de Angola em termos de IDH. Registou-se apenas um salto razoável em 2007, com o IDH avaliado em 0,564, posicionando-se em 143º lugar do ranking. Porém, Angola posicionou-se em média entre os dez e quinze últimos lugares do IDH. Como podemos ver na tabela nº 2, se em 2010 Angola esteve relativamente melhor posicionada, na 146ª posição, em relação aos anos anteriores, com excepção de 2007, que esteve muito melhor (na posição 143), já em 2011 e 2012, passou para 148ª posição¹¹⁴.

Sobre este aspecto, Jensen e Pestana, compartilham com a mesma ideia, segundo a qual “o crescimento económico dos anos recentes parece não ter modificado a situação da pobreza, visto que não foram instituídos quaisquer mecanismos significativos de redistribuição”¹¹⁵.

Outro aspecto digno de realce na governação política e corporativa é a questão do desemprego. Esta situação começou agravar-se a partir dos anos de 1990, pois até aquela altura, o Estado era a principal entidade empregadora, funcionando como amortecedor de desemprego. No entanto, a respeito do desemprego não há um estudo aprofundado no país.

¹¹³ FMI, 2013. Dados também disponíveis nos relatórios económicos do BNA e Ministério das Finanças (Angola), 2013.

¹¹⁴ É importante dizer que estas posições são muito relativas, uma vez que depende do número de países participantes do estudo.

¹¹⁵ JENSEN & PESTANA, op. cit., (2010), p. 10.

Apesar disso, dados oficiais de 2005 e 2006 apontam que a taxa de desemprego em Angola oscila entre 35 a 40%. A maior parte dos empregados está enquadrada no sector agrícola, cerca de 75% da população activa, vindo a seguir o sector dos serviços (17%) e indústria (8%). O desemprego consta como uma das causas do aumento do consumo do álcool e de drogas por parte dos jovens em Angola.

Já os estudos oficiais feitos em 2009, e de acordo com o Relatório de Balanço Económico de 2009, do Governo angolano, mostra uma significativa melhoria na redução da taxa de desemprego, para 20%.¹¹⁶ E a proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados é de 66,1%.¹¹⁷ Entretanto, os estudos do CEIC apontam para 21,8% de taxa geral de desemprego, em 2009.

Sobre estes dados recentes, fica difícil fazer uma avaliação profunda sobre o desemprego em Angola. Essa mesma dificuldade tem reflectido nas políticas do Estado de geração de emprego, adicionada a falta de censo populacional.

Um outro aspecto que desestimula o emprego, tem a ver, segundo o CEIC, com o actual modelo económico de desenvolvimento ancorado em actividades de capital intensiva e tecnológica como é o caso das actividades petrolíferas e diamantíferas. É assim que para resolver o problema de desemprego em Angola precisa-se que diversifique a economia. Ou seja, os programas de diversificação da economia passem em acção. Com mais pendor, incentive-se no país a produção agrícola.

4.3 Erradicação da Pobreza

Um dos maiores desafios da NEPAD é a erradicação da pobreza e da fome. Porém, esse desiderato só é alcançado a longo prazo. Por isso mesmo é que as parcerias globais de desenvolvimento que Angola aderiu, recomendam a sua redução para metade. É a partir deste prisma que vamos avaliar o grau de desempenho do

¹¹⁶ CEIC/UCAN, “Relatório Económico de Angola 2009”, Luanda: UCAN, (2010), p. 178.

¹¹⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), “Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População”, (2008/09).

país. Quer a NEPAD, quer as outras parcerias de desenvolvimento, entendem que a erradicação da pobreza é um indicador para o desenvolvimento económico e humano sustentado.

Os estudos oficiais feitos no país, em 2009, relativos à meta de redução da pobreza, revelam melhorias significativas. A proporção de pessoas com renda inferior a 1 dólar norte americano por dia, que era de 68,2 por cento, em 2001, passou para 36,6 por cento, em 2009¹¹⁸. Este dado mostra que a pobreza em Angola, no período de quase dez anos, reduziu para a metade conforme preconiza os objectivos da NEPAD. Este facto fez com que na última cimeira da FAO realizada em 2013, Angola figurasse entre os países africanos que reduziram para metade a fome, tendo em conta, também, a evolução dos índices de nutrição em crianças menor de 5 anos. Todavia, os estudos do CEIC contrastam com esta realidade, estabelecendo a taxa de pobreza, em 2009, na ordem de 58,9 por cento¹¹⁹.

De acordo com o relatório do governo angolano sobre os objectivos do milénio de 2010, tal situação deveu-se às mudanças estruturais que se operaram na economia desde 2002. O crescimento económico contribuiu grandemente para atenuar os efeitos da instabilidade económica sobre a pobreza. E realça-se ainda a participação do sector não petrolífero no PIB nacional, que teve um maior dinamismo a partir de 2005. Como por exemplo, a participação da agricultura no PIB nacional, como foi frisada atrás, cresceu de 8 para 11 por cento, de 2002 para 2009, os serviços de 14 para 22 por cento e a construção 3 para 8 por cento.¹²⁰

Os dados ora expostos são animadores, mas segundo o IBEP 2008/09, apontava para as grandes assimetrias territoriais com respeito à pobreza existentes no país: a proporção de pobres na zona urbana era de 18,7 por cento, enquanto a população rural pobre representava, em 2009, 58,3 por cento, do total da população

¹¹⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). “Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População”, 2008/09.

¹¹⁹ Ver anexo nº 4 sobre a aproximação ao comportamento da pobreza em Angola nos últimos anos, de acordo com os estudos do CEIC, em 2010.

¹²⁰ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), pp. 21-22.

do interior do País. Ou seja, a cada 100 habitantes do meio rural 58 são pobres, enquanto nas áreas urbanas essa relação é de 19 para 100.¹²¹

Esses dados revelam que há maior incidência da pobreza no meio rural que nas zonas urbanas. É por esta razão que o governo angolano, desde 2010, dentro do programa de desenvolvimento rural e contando, também, com o apoio da UE ao Programa Indicativo Nacional, que nesta área foi cerca de 66 milhões de Euros, começou a fazer investimento massivo nas zonas rurais, com a extensão dos projectos de desenvolvimento rural, aldeias novas, que teve início na Sela (Waku-Kungo), nos anos de 2006, e que, hoje, estes projectos encontram-se implementados nas províncias de Malanje (região de Pungo-a-Ngongo), Uíge e Kwando Kubango.

É importante aqui reter que, com vista ao combate à pobreza e à fome, o Governo angolano tem implementado o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. Neste plano de desenvolvimento rural, constam também os projectos de reabilitação das infraestruturas, como estradas para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas. Neste domínio da re-infraestruturação do país, o que tem sido o de maior visibilidade da actividade económica do Estado, o Governo angolano investiu em 2007, cerca de 7,2 mil milhões de dólares correntes na recuperação e construção das mais variadas infraestruturas económicas e sociais¹²².

E ainda no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome, que tem sido a tónica do Governo no Combate à Pobreza, o Governo criou mais recentemente, isto é, em 2012, o Programa do Comércio Rural e Criação de Centros Logísticos de Distribuição, onde cada município recebeu uma verba para sua implementação. Pena é que estas verbas dificilmente são comunicados para o conhecimento de todos. Contudo, sabe-se que o montante geral, para a execução deste programa em todos os municípios do país, é de 6 biliões de Kwanzas¹²³, valor este que achamos ser insuficiente atendendo às necessidades reais das populações do campo em termos de bens e serviços.

¹²¹ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), pp. 19-20.

¹²² CEIC/UCAN , op. cit., 2008, p. 13.

¹²³ Comunicação apresentada pela Ministra do Comércio, Dr. Rosa Pacavira na Huíla, em alusão ao encerramento da Feira do Comércio Rural, a 11 de Agosto de 2013.

Com os valores exíguos para as áreas sociais, pensamos nós que a continuar assim, estaremos longe dos propósitos da NEPAD. Contudo, para o combate à fome e à pobreza, como dissemos atrás, o Estado angolano procura implementar o Estratégia de Combate à Pobreza, que cobriu os períodos de 2003 a 2008, e revisto em 2009, para o Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, no entanto, sempre tendo como foco a reconstrução e reabilitação do país. É com base neste programa que o Governo angolano tem traçado os seus planos bienais.

Para exemplificar o Programa Geral do Governo de 2007/08 teve como pano de fundo os investimentos públicos para a recuperação das infraestruturas económicas e sociais. Actualmente as políticas bienais do Governo tem como esteio, além do Programa Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, o Plano de Longo Prazo 2025, que delinea as amplas reformas que deverão ser implementadas em Angola até 2025, incluindo reformas globais (na sua maioria macroeconómicas), reformas sectoriais (elaborando as estratégias dos diferentes sectores) e uma inovação chamada “matriz de reformas” que visa resolver vários assuntos chave tais como a pobreza, a fome e o capital humano, como uma combinação de políticas que precisam de ser implementadas sob responsabilidade de diferentes ministérios. O Governo traçou objectivos para diferentes tipos de reforma e indicadores mais importantes até 2025.

Paradoxalmente que pareça, enquanto faz-se esforço para combater a pobreza e a fome, em alguns centros urbanos, sobretudo na capital do país, está surgir novos focos de penúria, em função da requalificação dos municípios e distritos periféricos. Observamos que os locais onde são transferidas as populações abrangidas não reúnem condições de habitabilidade, muitas delas vivem em tendas e em casas de chapas, como nos ilustram a foto nº 3 em anexo. Aliás, as condições de habitabilidade dos bairros periféricos não são as melhores, como podemos ver em anexo na foto nº 2. Aqui estamos de facto perante uma ambiguidade, pois, o mesmo governo busca definir estratégia de combate a pobreza e ao mesmo tempo coloca a população numa situação difícil com os desalojamentos não devidamente

conduzidos, o que em si concorre para uma vida não muito boa, traduzindo-se uma situação de pobreza, contrastando com os objectivos da NEPAD.

De realçar que aquando da conceituação da pobreza, vimos que ela é relativa, podendo ser material, espiritual e/ou humana. E também o que é pobreza num determinado tempo e lugar, pode não ser no outro. Apontamos, assim, dois aspectos decorrentes do quadro de pobreza em Angola, que são a situação sanitária e a situação educacional.

4.4. Situação sanitária

No que diz respeito à saúde, o país confronta-se com altas taxas de mortalidade infantil, o que tem reflectido na esperança de vida dos angolanos, que é actualmente de 43,1%.

Estudos feitos em 2001, mostram que Angola estava entre os países com as mais altas taxas de mortalidade infantil: 150 mortos em 1000 nados-vivos (150%) até 1 ano de idade, e 250 em 1000 nados-vivos (250%) até 5 anos de idade. Esta cifra subiu para 260 óbitos (em 1000 nados-vivos), em 2003, o que colocou Angola na terceira posição dos países com taxa mais alta do mundo. As principais causas destas mortes, por incrível que pareça, estão ligadas a doenças preveníveis como a malária, doenças diarreicas, infecções respiratórias e outras doenças negligenciadas.¹²⁴

Os dados relativos a 2010, apresentam uma ligeira evolução. A taxa de mortalidade infantil passou a ser de 194 crianças abaixo de 5 anos em 1000 nados-vivos.¹²⁵

Já no que toca à mortalidade materna, as taxas do período de 2007 a 2010 rondam aos 29% e 30%, sendo como causas a malária, a pré-eclapisia e a inflamação puerperal. Os registos de 2009 apontam que 58 por cento das mulheres em todo morrem por malária.¹²⁶

¹²⁴JENSEN, Soren Kirk & PESTANA, Nelson, O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola, Luanda, CMI, (2010), p. 7.

¹²⁵ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), pp. 40.

¹²⁶ Ibidem, p. 45.

Como podemos observar, a malária tem sido a grande causa das mortes materno-infantis. Face a esta situação o Governo criou o Plano Estratégico Nacional de Saúde Reprodutiva, em 2007, onde integram acções como o reforço dos sistemas municipais de saúde, no que toca à oferta de medicamento essenciais à saúde reprodutiva e assistência às crianças, bem como a melhoria da qualidade de atendimento através da formação e capacitação contínua dos técnicos de saúde.¹²⁷

Apesar dessas iniciativas, a distribuição de mosquiteiros pelas instituições sanitárias às populações, sobretudo a mulheres grávidas ainda é insignificante, tendo em conta a demanda das mães gestantes pelo país.

De acordo com os números, apenas 10% da população usava mosquiteiros e destes apenas 2% eram impregnados de insecticida. E em relação às mulheres grávidas, apenas 10% usavam mosquiteiro tratado. De facto, parece haver pouco cuidado com a malária. Veja-se que a incidência da malária aumentou de 16% da população, em 2000, para 22%, em 2003.¹²⁸

Apesar de não termos acesso aos dados estatísticos sobre a evolução da malária até aos dias de hoje, de acordo com o Relatório sobre os Objectivos do Milénio de 2010, o número de pessoas contaminadas tendem a reduzir¹²⁹, embora ainda o quadro patológico nacional seja preocupante, pois, constitui a primeira causa de mortalidade infantil e materna.

E ainda segundo este relatório do Governo:

“Em 2009, foram registados 2.896.971 casos de malária, o que representou 65% do total de ocorrências entre as doenças mais frequentes, contra os 71% do ano anterior. A média do número de casos nos últimos três anos foi de 2.568.828 casos, período em que as ocorrências oscilaram. A taxa de letalidade,

¹²⁷ Ibidem, p.51.

¹²⁸ JENSEN, Soren Kirk & PESTANA, Nelson, op. cit. Ibidem, p. 7.

¹²⁹ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), p. 58.

*por seu turno, caiu sistematicamente neste período, estabilizando se no nível de 0,3% ao ano.*¹³⁰

Importa ainda sublinhar que as questões de saúde têm a ver com a nutrição, água e saneamento. A taxa de desnutrição em crianças é ainda elevada, cerca de 45%. Os estudos feitos pelo PNUD, em 2004, situa estado nutricional de Angola entre os piores de África.¹³¹ Já o relatório do Governo de 2010, aponta para 29,2%.¹³² Este dado indica-nos que houve uma redução significativa do estado desnutricional das crianças. Isto é reflectido pela evolução alimentar das famílias angolanas, onde dos perto de 80% das famílias tinham apenas uma refeição diária, em 2009, esse taxa desceu para 52%¹³³.

Até 2005 as estatísticas mostravam que apenas 19 % de população consome água potável. Em 2006, este quadro terá melhorado face ao surto de cólera que assolou várias regiões do país.¹³⁴ Recorde-se que o Ministério da Saúde implementou uma acção com a participação de voluntários de distribuição de produtos para desinfestação da água, como cloro e lixívia, às populações mais carenciadas, sensibilizando-as e instruindo-as para a sua utilização.

A partir de 2008 está em execução o “Programa Água para Todos” no sentido não só de aumentar sua oferta nas cidades, municípios e, sobretudo, nas zonas rurais, como também de melhorar a sua qualidade. A execução deste programa veio alterar a situação anterior. De acordo com o IBEP¹³⁵, realizado em 2009, 42% da população nacional tem acesso a água potável. E repartindo por áreas geográficas, esta tendência aumenta para as cidades (57,9%) e diminui para os campos (22,8%). Já os pronunciamentos do titular do Ministério de Energia e Água, aponta para uma subida de 58% para as zonas rurais, em 2012.

¹³⁰ Ibidem, (2010), p. 59.

¹³¹ SADC, 2006, p. 5.

¹³² ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), p. 26.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ JENSEN & PESTANA, op. cit., (2010), p. 7.

¹³⁵ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), p. 68.

E quanto ao saneamento básico, 59,6% da população nacional tem acesso ao saneamento básico apropriado – sistema de drenagem, latrinas melhoradas ou tradicionais e latrinas públicas.¹³⁶

Todavia, no nosso entender, estes dados tão-somente respondem fins políticos, uma vez que na prática a maioria da população não tem acesso a água potável. Mesmo na cidade capital, as zonas periféricas, que albergam a maioria da população, são abastecidas por cisternas, e esta água permanecem em tanques, cuja conservação é duvidosa, dependendo da educação sanitária de cada um.

E ainda quando se analisa a situação de saúde, não se deixa de referir do impacto do VIH-SIDA. Em 2000, a taxa de prevalência foi de 2,4 por cento. Esse valor, apesar do contínuo aumento da população, desceu ligeiramente para 2,1 por cento. Já em 2009, a prevalência voltou a 2,4 por cento dos anos idos de 2000.¹³⁷

Embora os dados são um pouco animadores relativamente à taxa de prevalência, e comparativamente com as taxas dos países vizinhos, com a paz e o crescente aumento dos fluxos transfronteiriços há grandes riscos do aumento da seroprevalência no país.¹³⁸ É assim que, face esta situação, o Governo criou uma Comissão Interministerial de Luta Contra Sida, em 2009, como reforço das acções do Instituto Nacional da Luta Contra Sida. Além disso, como de um tempo a esta parte só funcionava um hospital para o atendimento dos doentes de sida, apetrechou os hospitais e centros de saúde das sedes provinciais, sobretudo daquelas em que as taxas são mais assustadoras, rondando entre 2,8 % e 3%, como são os casos da Huíla, Cunene, Cabinda, Benguela, Huambo, Luanda e Lundas Norte e Sul.

Deste modo, no que toca à situação sanitária, a fome e a malnutrição infantil continuam a ser problemas que afligem o país, decorrentes do quadro de pobreza, e que requerem acções bem focadas e tratadas em regime de urgência e máxima prioridade. Mesmo o Programa da Cesta Básica, não tem acompanhado o poder de compra das populações, uma vez que ele perde a cada ano que passa, em função da inflação que é muito variável.

¹³⁶ Ibidem, p. 69.

¹³⁷ Ibidem, pp. 52-53.

¹³⁸ JENSEN & PESTANA, op. cit., (2010), p. 8.

4.5. Situação educacional

Uma das metas da NEPAD, bem como outras parcerias globais de desenvolvimento, é a universalização do Ensino Primário.

No concernente à educação, em 2000, a taxa de analfabetismo da população angolana com idade igual ou superior a 15 anos era de 58%, sendo a população feminina mais afectada, sobretudo rural, cerca de 75% de mulheres analfabetas. Já em 2007/08, esta cifra diminuiu, sendo 32,6% de taxa de analfabetismo.

Esta evolução resulta da extensão de números de salas surgidas pelas construção de novas escolas, ampliação de umas e reabilitação de outras. Isto permitiu que os alunos matriculados no ensino primário no país evoluisse significativamente, de 1.296.560, em 2001, para 3.967.886, em 2009. A nível do ensino geral, a taxa de aprovação também evoluiu, de 16%, em 2001, para 60%, em 2009. Os dados relativos aos três últimos anos da década de 2000, sobre o pessoal docente, também mostram evolução: de 79.939, em 2007, subiu para 109.977, em 2009. O mesmo aconteceu com as salas de aula (ensino primário), onde de 41343 salas, em 2007, passaram para 46.608. É assim que o rácio de alunos por cada sala mudou de 119, em 2007, para 114, em 2008, e para 99, em 2009.¹³⁹

Como podemos observar, tendo em conta o aumento vertiginoso da população angolana, que como dissemos anteriormente, cresce na ordem dos 3%, apesar de elevadas taxas de mortalidade, esta subida pode não reflectir as reais necessidades do país. Mas, podemos afirmar que a taxa de escolarização aumentou significativamente nos últimos anos. A dúvida poderá residir na qualidade do próprio ensino. E também, salientar que nos níveis do ensino secundário e superior os números permanecem ainda muito baixos, tendo como referência o ano de 2008. É por esta razão, que em 2011, com vista a colmatar este défice, o Governo angolano instituiu mais 6 novas Universidades Públicas Regionais, com sedes em Benguela, Huíla, Huambo, Uige, Lundas e Cabinda, respectivamente.

¹³⁹ IBEP, 2008/09). Ver também: ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), pp. 28-30.

No que toca à educação é também importante salientar que a partir de 2004, o Governo angolano, através do Ministério da Educação, introduziu novas reformas no sistema educativo com vista a elevar os níveis do ensino quer em termos quantitativos como qualitativos, cuja experiência tem elevado as taxas de aproveitamento escolar e diminuído as taxas de evasão escolar. Contudo, ainda é criticado pelos resultados qualitativos.

Além disso, o Governo tem apostado na distribuição gratuita do material escolar para o Ensino Primário. Este programa é deficiente pelo facto de não haver controlo na sua distribuição, pois, uma boa parte do material escolar tem conhecido uma grande avalanche no mercado informal. Outrossim, tem-se implementado o Programa Merenda Escolar para garantir a permanência das crianças nas escolas, apesar de não abranger a todas escolas do país. E ainda o Programa Escola Amiga da Criança, que é patrocinada pela UNICEF e apoiado pelos pais e encarregados de educação.¹⁴⁰

Do exposto, podemos afirmar que, apesar de melhorias em termos da gestão macro-económica, Angola ainda tem um longo caminho a percorrer com vista a atingir o desenvolvimento económico e humano sustentado preconizado pela nova parceria de desenvolvimento do continente africano.

Contudo, alguns aspectos evolutivos que têm a ver com o objectivo do NEPAD de “Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento”, como são os casos da estabilidade política, a manutenção da democracia através de eleições periódicas e o elevado crescimento económico. Porquanto, conforme foi o evidenciado pelo representante do MAAP em Angola, Dr. Mário Félix, aquando da comemoração do 10º aniversário do MAAP, a 22 de Março de 2013, Angola tem cumprido eficazmente com os objectivos da NEPAD, frisando que, depois de alcançada a paz definitiva, o país tem se engajado na consolidação da paz e da estabilidade política, na promoção da democracia, boa governação, respeito pelos

¹⁴⁰ ANGOLA. “Relatório Sobre os Objectivos do Milénio”, (2010), p. 32.

direitos humanos, bem como na implementação de estratégias para a redução da pobreza¹⁴¹.

¹⁴¹ In: ANGOP. “Angola cumpre com objectivo do NEPAD”, 22 mar. 2013.

CONCLUSÃO

A guisa de conclusão é pertinente dizer, antes de mais, que a NEPAD surge como um projecto que iria enfrentar os desafios actuais que assolam o continente africano. Aliás, os líderes mais proeminentes da África proclamaram a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), como estratégia que viria trazer o tão aguardado Renascimento de África, pois, o aumento crescente dos níveis de pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização da África no cenário mundial e a falta de controlo Africano sobre o destino de África, foram vistas como indesejáveis pelos arquitectos da NEPAD.

Porquanto, se verificou que *“em África, 340 milhões de pessoas, ou seja a metade da população, vivem com menos de um (1) \$EU por dia. A taxa de mortalidade entre crianças de menos de cinco (5) anos de idade atinge aos 140 por 1000 e a esperança de vida ao nascimento é de apenas 54 anos. Somente 58% da população tem acesso a água potável. A taxa de analfabetismo entre pessoas de idade superior a 15 anos atinge os 41%. Existem apenas 18 linhas telefónicas principais para 1000 pessoas em África, comparadas com 146 para o resto do mundo em geral e 567 nos países de alto rendimento”*¹⁴².

Nisto, a NEPAD surge mesmo como uma promessa dos líderes Africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e partilhada de erradicar a pobreza e colocar os seus países, individual e colectivamente, na via do crescimento sustentável e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de participarem activamente na economia mundial e na vida política. O objectivo geral da NEPAD era de **conferir uma nova dinâmica ao desenvolvimento da África**, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários, alcançando deste modo os níveis de desenvolvimento atingidos pelos países desenvolvidos. Os grandes mentores da criação da NEPAD, foram os então presidentes Thabo Mbeki da África do Sul , Olusegun Obasanjo da Nigéria e Abdelaziz Bouteflika da Argélia (na condição de Presidente da OUA).

¹⁴² Ibidem.

Para monitorar a aplicação dos princípios da NEPAD foi criado o MARP (Mecanismo Africano de Revisão por Pares), com o propósito de encorajar uma relação activa entre o Governo e sociedade civil de um país, assim como outros Estados africanos que partilham dos mesmos pontos de vista, empenhados em melhorar as suas instituições e práticas de governação.

A NEPAD tem como pilares as Regiões Económicas (REC's) e para a apoiar conta com alguns parceiros, considerados estratégicos, como o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), a ECA (Comunidade Económica Africana) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Ao mesmo tempo que se ouviam elogios a esta nova filosofia de desenvolvimento africano surgiram também várias críticas.

A principal crítica feita à NEPAD é sobre a sua ligação com a agenda neoliberal. Conforme defende Keet a NEPAD está orientada para o mercado e para o exterior, é uma iniciativa que prevê uma integração mais profunda das economias do continente na economia mundial. Para Keet em vez de promover o desenvolvimento em África, as estratégias neoliberais agravam a pobreza, aumentam o desemprego, exacerbam as desigualdades económicas e de género, travam a satisfação das necessidades básicas e o gozo dos direitos humanos, acabando até por agravar o endividamento externo quando o seu principal objectivo era precisamente o contrário.

Outra crítica diz respeito à ambiguidade entre os discursos e a prática dos governantes africanos, pois, estes identificam e anunciam programas tendentes atacar os problemas e, na prática o que fazem não tem nada a ver com o que dizem.

Até os maiores apoiantes da NEPAD, incluindo os ex-Presidentes do Senegal Abdoulaye Wade e da África do Sul Thabo Mbeki , expressaram publicamente as suas desconfianças e críticas sobre o programa, pois, não conseguem explicar o que efectivamente se conseguiu com a NEPAD. Mbeki quando abandonou o poder em Dezembro de 2008, afirmou mesmo ***”receio que não tenhamos atingido o progresso que esperávamos”***.

Por outro lado, a parceria NEPAD África e Ocidente, é ainda criticada pois, se considera que ela não é tanto entre africanos, entre os diferentes países ou entre os governos e as suas populações, mas entre os governos e os países ocidentais.

Como não deixaria de ser Angola é parte do continente africano e concomitantemente membro da União Africana, o que lhe confere o estatuto de executor das políticas definidas por esta instituição, na qual é membro.

No entanto, Constatou-se que Angola abraçou a NEPAD com um certo receio, porquanto, a iniciativa integrativa das economias africanas, ameaçava até certo ponto as economias mais débeis ou pouco estruturadas, preconizando desta feita, uma integração gradual quer sub-regional como a nível regional, pois, as condições a nível interno não estavam criadas, uma vez que o país vinha de um período longo de guerra que devastou todas as estruturas económicas e sociais.

Apesar disso, o Estado Angolano deu capital importância a esta parceria para o desenvolvimento do país. Por isso é que, em relação à NEPAD, procurou implementar a estratégia de combate à pobreza, combinando com o Programa do Desenvolvimento do Milénio, que, aliás, a própria NEPAD incentiva.

Assim, tendo em conta o objectivo central desta dissertação, que visa entender a forma como tem sido aplicado, na prática, os objectivos e acções da NEPAD em Angola, a análise sobre esta discussão elencou como enfoque alguns indicadores macroeconómicos e sociais durante o período de 2001 a 2012.

Em 1992, muito antes da adesão de Angola a NEPAD, já o país havia oficialmente aderido à economia de mercado, abandonando a economia planificada. Desde então Angola sempre esteve preocupada em relançar a sua economia com objectivo de criar melhores condições vida para as populações, facto que conheceu enormes obstáculos devido o reacender do conflito armado. Logo, após o fim do conflito armado, em 2002, o governo continuou com a liberalização da sua economia, promovendo maior abertura ao exterior, e com isso conseguindo maior investimento estrangeiro.

Coincidência ou não, os planos e programas do governo, em determinados indicadores, estão conforme o previsto pela NEPAD, pese embora, em outros casos, contrastam com o previsto, tendo em conta alguns indicadores macroeconómicos e sociais, conforme discriminamos a seguir.

No que toca aos indicadores macroeconómicos, o crescimento económico em Angola, em média, foi de 12,6%. Como se verifica, está acima dos 7% projectado pela NEPAD. O mesmo acontece com a taxa do crescimento do PIB de 2011, que foi estimada em 8,2%.

Apesar dos estudos oficiais mostrarem uma queda de 50% da pobreza em Angola, isto não lhe mudou sua posição em termos de desenvolvimento humano, permanecendo estagnada no 148º lugar, no ano de 2011. Deste modo, se pode aferir que se a pobreza relativa apresenta melhorias, em termos absolutos o quadro é diferente, pois, as populações das zonas rurais continuam numa situação de extrema pobreza, muito abaixo do 1 dólar norte-americano por dia. E, além disso, o IBEP revela a existência de assimetrias e desequilíbrios regionais, em termos de pobreza. No entanto, tem havido um grande esforço para a erradicação da pobreza em Angola, conforme o exposto nos programas do Governo sobre Estratégia de Combate a Pobreza

No âmbito da governação política, Angola ganhou a estabilidade política, e vai consolidando a paz e a democracia, através das eleições regulares e de outras formas de participação política (diálogo com a sociedade civil). No concernente à participação política, se observa uma certa apatia no exercício da cidadania, pois, as populações sentem-se limitadas quanto aos direitos que lhes assistem, prescritos na Constituição da República, devido à fraqueza das instituições judiciais, contrastando deste modo, com os objectivos da NEPAD no que se refere à boa governação.

Igualmente verificou-se que a questão da transparência, da distribuição equitativa e do acesso aos bens, constituem ainda um grande problema, contrastando igualmente, com os princípios ou objectivos da NEPAD. Há muito ainda apenas em programas, cuja implementação está muito longe de ser uma realidade. Por exemplo, muito dificilmente os governantes prestam contas dos dinheiros públicos, até mesmo

o próprio Orçamento Geral do Estado não tem sido submetido ao Parlamento para um controlo rigoroso da sua aplicação durante o ano económico afim.

Outrossim, o Governo angolano, apesar de ser parceiro da Comunidade Europeia, devido as condicionantes desta parceria, sobretudo as exigidas pelo FMI (transparência, boa governação, auditoria financeira, corrupção, etc.), tem estado a levar a cabo todo o processo de reconstrução nacional, sobretudo das infraestruturas, com a parceria Chinesa. Mas tem um senão, o cidadão não conhece realmente os montantes dos empréstimos chineses, nem tão pouco a forma da sua aplicação, o que contrasta com os princípios de transparência e de boa governação que a própria União Africana exige dos seus membros, através da NEPAD.

Daqui se pode aferir que, independentemente de Angola ter estado a conseguir a estabilidade política, vista como um dos pressupostos para a promoção de desenvolvimento sustentável, está muito aquém dos objectivos da NEPAD, porque ainda debate-se com questões de boa governação, transparência na gestão pública e corrupção a todos os níveis da sociedade, pondo em causa qualquer iniciativa de combate e/ou erradicação da pobreza, conforme preconiza a Própria NEPAD. Aliás, no dizer de Júnior “Angola é o segundo maior produtor de petróleo e exportador de diamantes da África Subsariana. Tem uma economia crescente, porém o índice de corrupção é um dos mais altos do mundo. Seu índice de Desenvolvimento humano é considerado muito baixo”.

Enfim, Constatamos que é provável que todos os programas do governo Angolano sobre o desenvolvimento sustentável e da criação de melhores condições de vida para população, comparados com os da NEPAD, sejam meras coincidências. Porquanto, o governo angolano tem estado a cumprir o seu próprio programa, pois, conforme o exposto acima, o governo angolano não se integrou como tal nas iniciativas da NEPAD, pese embora ter criado gabinetes responsáveis em acompanhar e avaliar o estado de implementação dos objectivos da NEPAD.

Por outro lado a NEPAD não tem um mecanismo eficaz para sancionar aqueles que não cumprem com as suas obrigações, o que em si, permite que todos os

membros da União Africana tomem decisões apenas em função dos seus interesses nacionais.

Uma recomendação deve ser dada aos líderes Africanos para redefinirem as políticas de desenvolvimento do continente assente na visão do Renascimento da África, recebendo contribuições de todos os povos de África, respeitando as diversidades culturais, tradicionais, filosóficas e antropológicas, pois, África é um mosaico de diferentes povos com hábitos, costumes, valores e culturas diferentes, o que implica que qualquer política conducente ao desenvolvimento deverá ter em conta todas as sensibilidades que compõem os povos deste continente.

BIBLIOGRAFIA:

1. ANGOLA, “Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional para o Período 2008-2013”, Cooperação da República de Angola e União Europeia, Luanda, (2008).
2. ANGOLA. “Estratégia de Combate à Pobreza”: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica. Luanda, Ministério do Planeamento, (2003).
3. ANGOLA. “Relatório Nacional”. Luanda, Ministério do Planeamento, V2 – 16 nov. 2005.
4. ANGOLA. Constituição da República de Angola, (2010).
5. ANGOLA. Lei de Revisão Constitucional [Lei nº 23/92 de 16 de Setembro], “Diário da República”, I Série – Nº 38, 16 de Setembro de 1992.
6. ANSTEE, Margaret Joan. *Órfão da guerra fria*, (Trad. Jorge Pinho), Porto, Campos das Letras, (1996).
7. BOND, Patrick, Removendo a Máscara do Neocolonialismo do MAAP: Uma Crítica ao Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares. Boletim de Economia Política Africana. Centro para a Sociedade Civil da Universidade de Kwazulu-Natal, África do Sul, publicado online: 1.12.2009. disponível em:<http://www.tandfonline.com/loi/crea20>. Acessado aos 22.10.2013.
8. BUJRA, Abdalla. “*Internal and External Visions of African Development: Are they Compatible? From the OAU to the AU: And From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD)*”, Paper Prepared for the Annual International Conference At the Centre of African Studies, The University of Edinburgh [Conference Theme: A New Approach to African Development? Internal & External Visions], Addis Ababa, 22 and 23 May 2002.

9. CEIC/UCAN, “Relatório Económico de Angola 2007”, Luanda: UCAN, (2008).
10. CORREIA, Pezarat. *Descolonização de Angola: a Jóia da Coroa do Império Português*, Portugal, Inquérito, (1991).
11. COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva, (1998).
12. COSTA, José Silva (coord.). *Compêndio de Economia Regional*, Lisboa, APDR, (2002)
13. DINIZ, Eli. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3, (1995), pp. 385-415.
14. DIOGO, Fernando. *Pobreza, Identidade, Trabalho*, Lisboa, Celta, (2007).
15. DÖPCKE, Wolfgang. “Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development”, Revista brasileira de política internacional, vol. 45, número 001, (2002)
16. DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF Jr, Robert L. *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*. Lisboa, Gradiva, (2003).
17. FERNANDES, João & NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*, Luanda, Editorial Nzila, (2002).
18. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. “Corrupção e Democracia”. In: ZILVETI, Fernando Aurelio & LOPES, Silva. *O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política*, São Paulo, Atlas, (2004).
19. HAMMERSTAD, Anne. “African Commitments to Democracy” – In *Theory and Practice: A Review of Eight NEPAD Countries [Algeria, Ethiopia, Ghana, Kenya, Nigeria, Senegal, South Africa and Uganda]*, (2004).

20. HAYMAN, Rachel; KING, Kenneth & MCGRALH, Simon. “The New Partnership for Africa’s Development (NEPAD): Internal and External Visions”, (2003).
21. HUGON, Philippe. “Le NEPAD: nouvelle chance pour l’Afrique contemporaine”, nº 204, De Boeck Université, (2002), pp. 43-44.
22. JAIME, Aguinaldo. “Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD”, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].
23. JANSEN, Soren Kirk & PESTANA, Nelson. *O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola*, Luanda, CMI, (2010).
24. JUNIOR, Mário Mendes. *Procura-se Jovem Negro Para Salvar o Planeta*. São Paulo, 2013. ISBN 978-85-63006-07-3
25. KAMABAIA, Moisés, *O renascimento da personalidade africana*, Luanda, Nzila, (2003).
26. KARUUOMBE, Barney. “NEPAD: Uma nova Parceria entre o Cavaleiro e o Cavalo”, Luanda: Labour Resource and Research Institute, (2003).
27. LOURENÇO, Ana Dias. “Comunicação apresentada no Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD”, em 01 de Setembro de 2005, Luanda, Palácios dos Congressos, [Texto mimeografado].
28. MEDEIROS, Eduardo raposo de. *Evolução e Tendências da Integração Económica Regional*, Lisboa, Petrony, (2008).
29. MENEZES S. *Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente*, São Paulo: Editora da Universidade de S.Paulo, Fapesp, (2000).
30. OLIVEIRA, Miguel dos Santos de. *Processo de Descentralização do Serviço Nacional de Saúde de Angola*, [Tese de doutorado em Ciências de Saúde], Rio de Janeiro, (2010).

31. ONU, “Carta Internacional dos Direitos Humanos, Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais”, Adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966.
32. PAULO, A. R. “A Reforma Administrativa em Angola: Retrospectiva e Perspectivas”. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 – 5 Nov. (2004).
33. ROQUE, Fátima. *A África, a NEPAD e o Futuro*, Luanda, Textos Editoras, (2007).
34. ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial” In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernest-Otto. *Governança sem Governo: Ordem e Transformação Política Mundial*, Brasília, Ed. Unb, (2000)
35. SADC. “Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP)”, 25 de Março de 2003.
36. SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 3, 1997, pp. 335-376.
37. SANTOS, Onofre dos. “Reforma Judiciária em Angola”. Comunicação apresentada na Conferência sobre os Direitos Humanos, Luanda, 11 maio 2012.
38. TORRES, Adelino, “A África nas ambiguidades da globalização”, In *O Economista*, (2008).
39. VENTER, Dani; NEULAND, Ernst. “NEPAD and the African Renaissance”, *Revista “African Renaissance”*, (2006).

Fontes Eletrónicas

40. ADESINA, Jimi; GRAHAM, Yao & OLUKOSHI, Adebayo. “Africa and the Development Challenges in the New Millennium”: The NEPAD Debate, (2003). Disponível em: www.us.macmillan.com/./JimiAdesina. Acessado aos 26 de Outubro de 2011.
41. AGÊNCIA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APXBRASIL). “Angola: Perfil e Oportunidades Comerciais”, (2012).
42. ANGOLA. “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” – Relatório de Progresso, Luanda, Ministério do Planeamento & PNUD, (2005). Disponível em: mirror.undp.org/angola/./Angola_MDG_Prog_report_2005.pdf. Acessado aos 26 de Outubro de 2011.
43. ANGOLA. “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” – Relatório de Progresso MDG/NEPAD, Luanda, Ministério do Planeamento & PNUD, (2003). Disponível em: planipolis.iiep.unesco.org/upload/./Angola_MDG_Report%20port Acessado: aos 23 de Setembro 2011.
44. ANGOLA. “Relatório sobre o Progresso do País para dar Seguimento aos Compromissos da Sessão Especial sobre VIH e SIDA da Assembleia Geral das Nações Unidas 2008-2009”, Luanda, Instituto Nacional de Luta contra a Sida & UNAIDS, Março (2010). Disponível em: www.unaids.org/././2010progressreportsubmittedbycountries/angola.. Acessado aos 26 Outubro de 2011.
45. ANGOLA. “Síntese do Seminário de Alto Nível sobre a Nova Parceria de Desenvolvimento para África NEPAD”, Luanda: Ministério das Relações Exterior – Centro de Documentação e Informação, 01 Setembro de 2005, disponível em: <http://www.consuladodeangola.org/index.php?>; Acessado: 30 de Outubro de 2011.
46. ANGOP. “Angola Melhora Posição no Índice de Desenvolvimento Humano 2007/08.” Angonotícias, 26.02.2008. Disponível em: <http://www.africanidade.com/articles/516/1/Angola-melhora-posiAAo-no-Andice->

de-Desenvolvimento-Humano-200708/Paacutegina1.html. Acessado aos 30 de Outubro 2011.

47. BUJRA, Abdalla. “África: transição da OUA para a UA” – Palestra proferida no ACARTSOD Tripoli, em 23 de set. 2002. Disponível em: <http://www.bujra.com/documents/PanAfrican%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>.

48. CRESPO, Antônio Pedro Albernaz & GUROVITZ, Elaine. “A Pobreza como um Fenómeno Multidimensional”, RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>.

49. GERVIZ, Violeta, “Resumo do Relatório Económico de Angola do ano de 2011”, 6 de Junho de 2012,. In: <http://www.formpro-angola.org/pt/article/178.resumo-do-relatorio-economico-de-angola-do-ano-de-2011-html>.

50. Governança corporativa. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a_corporativa. Acessado aos 3, Março de 2013

51. INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS (IEEI). “Angola. Uma Nova Parceira – O Papel da Sociedade Civil.” Arquivado a 8 de Julho de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=491>.

52. LOURENÇO, Ana Dias, “Perspectivas e desafios da NEPAD”, (2002). Disponível em: <http://www.mirex.gv.ao/sadc/economia.htm>. Acessado aos 30 de Outubro de 2011.

53. MARP-NEPAD. “Objectivos, Normas, Critérios e Indicadores para o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP)”. 9 March, (2003). Disponível em: http://www.eisa.org.za/aprm/pdfp/MARP_Objectivos.pdf.

54. MASERUMULE, Mashupye Herbert e GUTO, Shadrack B. O, Uma Visão Crítica de Boa Governação e Conceitos Literários de Liderança no Contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África. *International Journal of African Renaissance Studies of South Africa Press* DOI: 10.1080/18186870902840358. IJARS-3-4 Maserumule.indd 70 2009/04/28..
55. MATHEWS, Sally, Investigando Pressupostos de Desenvolvimento da NEPAD *in* *Revista de Economia Política Africano* Volume 31, Issue 101, 2004. Disponível em: <http://www.tandfonline.com>/acessado: 19.12.2013.
56. MENDES, Marina Ceccato, Textos sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2009. *In:* <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/desenvolvimento-sustentavel.html>; Acessado aos 26 jul. 2013.
57. MOÇAMBIQUE. “NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África”. Maputo, Dez. (2002). Disponível em: homepage.mac.com/cfpla/PUBLICACOES_files/NEPAD-Pt.doc. Acessado aos 23 de Setembro de 2011.
58. NEPAD. “Nova Parceria para o Desenvolvimento de África”, Abuja, Out. (2002). Disponível em: www.nepad.org.
59. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI). “Relatório da Transparência Internacional”, (2008). Disponível em: <http://oplop.wordpress.com/2011/04/18/boletim>. Acessado aos 21 de Setembro de 2011.
60. UNCDF & PNUD. Diagnostico da Descentralização Fiscal em Angola; Luanda, 2006. Disponível em: <http://cns2009.bligoo.com/media/users/4/211695/files/21859/DiagnosticoDescentralizaçãofiscal.pdf>. Acessado aos 30 de Outubro de 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Evolução da População em Angola

ANOS	População	População activa
2000	13134000	6344000,0
2001	13553934	6477117,0
2002	13947000	6861924,0
2003	14351463	7060919,8
2004	14767655	7265686,3
2005	15252000	7503984,0
2006	15694300	7721595,6
2007	17385700	8432064,5
2008	17889885	8676594,4
2009	18408692	8928215,6

Fonte: Ministério do Planeamento e cálculo do Núcleo do CEIC com base nos dados do recenseamento. In: CEIC/UCAN, 2010, p. 232.

Anexo 2 – Taxa Reais de Crescimento (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agricultura, silvicultura, pescas	13,4	11,7	14,1	17,0	9,8	27,39	1,86	29,0
Petróleo bruto e gás	20,6	-2,2	13,1	26,0	13,1	20,36	12,29	-5,1
Diamantes e outras	-2,1	19,8	0,8	16,2	30,9	5,1	-8,19	4,6
Indústria transformadora	10,3	11,9	13,5	24,9	44,7	32,57	11,0	10,0
Energia e água	21,3	0,2	11,5	17,4	13,2	8,60	26,1	18,3
Construção	10,0	12,6	14	16,9	30,0	37,06	25,6	23,8
Serviços mercantis	11,6	9,9	10,4	8,5	38,1	29,47	26,90	-1,5
Serviços não mercantis	2,5	1,9	2,5	2,6	8,2	11,59	1,896	5,9
PIB	13,2	5,2	11,3	20,6	18,6	20,86	13,61	2,7

Fonte: Ministério do Planeamento: Relatório do Balanço de Execução de 2009. In: CEIC/UCAN, 2010, p. 231.

Anexo 3 – Afecção Orçamental aos Sectores Sociais

ANOS	EDUCAÇÃO		SAÚDE		SEGURA. SOCIAL		HABITA.COMUIDA		TOTAL	
	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total	%PIB	% total
2004	2,8	7,3	1,8	4,8	1,0	2,7	0,9	2,3	6,5	17,1
2005	2,2	6,3	1,5	4,3	5,2	14,8	1,0	2,9	9,9	28,3
2006	2,4	6,0	2,0	4,9	5,0	12,3	2,2	5,3	11,6	28,6
2007	2,9	8,4	1,8	5,3	5,5	15,9	1,8	5,3	12,3	35,6
2008	2,7	7,0	1,8	4,7	3,6	9,3	1,1	2,9	10,8	28,0
2009	3,8	7,8	2,5	5,1	6,6	13,7	2,4	5,0	15,3	31,6

Fonte: Ministério das Finanças, Relatórios de Execução de 2006, 2007, 2008 e 2009. In: CEIC/UCAN, 2010, p. 214.

Anexo 4 – Aproximação ao Comportamento da Pobreza em Angola nos Últimos Anos

ANOS	Taxa de pobreza (%)	População pobre	População	Taxa real crescimento PIB por habitante (%)
2003	67,9	10521,7	15507,1	2,2
2004	66,6	10624,6	15956,8	8,2
2005	64,0	10502,4	16419,6	17,2
2006	61,7	10429,7	16895,7	15,3
2007	59,3	10302,5	17385,7	17,5
2008	57,8	10349,0	17889,9	10,4
2009	58,9	10846,4	18408,7	-0,8

Fontes: CEIC / UCAN, 210, p. 233.

Anexos 5 – Fotos que expressam contraste da realidade urbana e periurbana de Luanda

Foto 1- Venda de água em bidões no Distrito da Samba



Foto 2- Venda de água em bidões e Bacias no Distrito do Cazenga



Foto 3- Venda de água em bidões e Bacias no Distrito do Cazenga



Foto 4- Tanque de água, Distrito do Cazenga



Foto 5 – Cisterna de água para o consumo, Distrito do Cacucaco



Foto 6 – Bairro da Samba, Distrito da Samba



Foto 7 – Habitações provisórias dos desalojados há mais de 1 ano, Zango, Viana.



Foto 8 – Populações do Bairro Cananga, distrito da Samba, após destruição das suas Residências, no âmbito do ordenamento urbano.

